



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 16/13-17

SESSÃO ORDINÁRIA

2016/04/22

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, no Edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H20M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, PSD e independentes, num total de 35 elementos.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2, do artigo 47º e do n.º 1, do artigo 51º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Flamiano Gonçalves Martins, Vereador eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Manuel de Sousa Marques.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, substituído por Luis Filipe da Silva Matias.
- Júlia Paula Costa, eleita pelo Partido Social Democrata, que foi substituída por António Pinto.
- Carlos Mouteira, eleito pelo Partido Social Democrata, substituído por Clemente Pires.
- Jorge Paulo Alves, eleito pela Coligação Democrática Unitária, substituído por Joaquim Celestino Ribeiro.

O **Senhor Presidente da Mesa**, leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:



Assembleia Municipal de Caminha

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão de 19 de fevereiro 2016;
- c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015;
- d) – Retificação ao Mapa anexo ao Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia;
- e) – Aprovação do Regulamento de Cobrança de Taxas pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TMU);
- f) – Isenção de Pagamento de Taxa devida por uma das Feiras Semanais de Caminha referente ao Mês de Março de 2016;
- g) – Alteração ao Protocolo para a realização do Festival de Vilar de Mouros.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Senhor José António Oliveira Lopes**, saudou o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados, Exmos. Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, em representação do Senhor José Gil de Almeida, morador da Rua Direita, aqui presente, Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vem expor e solicitar a V.Exas:

“As políticas de urbanismo têm como uma das suas principais componentes o envolvimento dos cidadãos. Nas suas provas de doutoramento o Professor João Miranda foi chamado a explicar o "direito à cidade", invocado na sua tese, e



Assembleia Municipal de Caminha

defendeu-o como um direito fundamental, que, entre outros conteúdos, postula uma intervenção ativa dos cidadãos na melhoria da qualidade de fruição das suas vilas e cidades. Isto significa que não bastam já (embora tenham sido importantes) as narrativas de inclusão e participação dos cidadãos, que muitas vezes não passam de uma retórica política inconsequente. Mais grave, muitas vezes tais narrativas de inclusão convivem com processos de decisão paralelos em que os cidadãos não tiveram qualquer intervenção os deixando com uma sensação de frustração: discutiu-se um assunto e nada ficou resolvido enquanto ao mesmo tempo sem que nada se tenha discutido são tomadas decisões que afetam os cidadãos!

A Câmara Municipal de Caminha demitiu-se do exercício das suas funções e competências: Como o executivo camarário do Município de Caminha não pode ignorar têm sido vários os problemas que lhe foram reportados nas imediações dos estabelecimentos de diversão noturna da "Rua Direita" - não só por força das inúmeras reclamações que lhe foram apresentadas e participações de infração que lhe foram sendo enviadas pelas autoridades policiais assim como pelos resultados das medições acústicas mandadas realizar a seu cargo e expensas na aludida rua. Pese embora os horários de funcionamento e os limites legais do ruído sejam problemas diferentes é indubitável que há uma relação entre os mesmos. Foi esse o motivo que justificou, aliás, que a Provedoria de Justiça tivesse recomendado, no Relatório referente às Boas Práticas no Controlo Municipal do Ruído recentemente elaborado (em 2013), não só que os Municípios procedessem à restrição dos horários dos estabelecimentos de diversão noturna, como também que se procurasse fomentar a concentração de estabelecimentos noturnos em zonas não habitacionais, de modo a garantir a tranquilidade e o bem-estar das populações (nomeadamente, o seu direito à integridade moral e física e à reserva da sua vida privada e familiar, direitos que constituem direitos liberdades e garantias dos cidadãos - cfr. artigos 25.º e 26.º da Constituição da República Portuguesa).

Era então expectável que o executivo camarário tomasse uma atitude, mas a verdade é que, utilizando os mais diversos argumentos, pouco fez, nem tomou



Assembleia Municipal de Caminha

medidas efetivas em relação aos infratores - nomeadamente pela fiscalização e aplicação de contraordenações, para punir e alterar esta situação - apesar de ter todos os meios para atuar, lesando, e muito, a família do aqui representado e os restantes moradores da "Rua Direita"!

Mais ainda, tem procedido em sucessivas reuniões de câmara, e de forma recorrente, à ratificação de propostas de alargamento dos horários de funcionamento dos bares, discotecas e estabelecimentos análogos, contrariando o estipulado no Regulamento então em vigor! Com este subterfúgio, e alegando que é dado "...cumprimento aos horários de encerramento estabelecidos assim como o controlo da intensidade do som e o controlo da segurança..." - o que é uma falácia uma vez que são sobejamente conhecidos os problemas existentes na "Rua Direita", este executivo tem, desde sempre, privilegiado a atividade dos bares e discotecas e nunca os moradores. A título de exemplo veja-se que já na reunião de câmara de 2 de janeiro de 2016 foi aprovada, encontrando-se atualmente em vigor, uma alteração ao horário de funcionamento dos bares e discotecas do Concelho de Caminha que espelha a proposta que só agora findou o período de discussão pública - é como se o aludido regulamento estivesse já aprovado, sendo todo este processo uma mera formalidade para ratificação do mesmo!

O Projeto de Regulamento Municipal do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos passa totalmente ao lado do que é hoje uma das principais preocupações de planeamento urbano dado que não promove a recuperação do Centro Histórico pela manifesta desadequação dos horários previstos, em particular, para os estabelecimentos noturnos aí localizados: O excesso de ruído, a falta da salubridade da própria "Rua Direita" que principalmente ao domingo se apresenta em condições de limpeza deploráveis devido aos efeitos da noite, com copos e garrafas partidas por todo o lado, um cheiro nauseabundo a urina e vomitado, a falta de segurança e a impossibilidade de quem ali mora o poder fazer em condições, são razões mais do que suficientes para que nos últimos anos a rua tenha sofrido um acentuado decréscimo de habitantes, o que a continuar, irá resultar na sua desertificação total e consequente degradação dos imóveis com



Assembleia Municipal de Caminha

elevado valor histórico e arquitetónico, contrariando a atual política promovida pelo próprio governo central e pelas edilidades do nosso país, que implementaram regras específicas para essas "novas" zonas habitacionais, nomeadamente no que se refere ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

O Preâmbulo do novo regulamento é uma falácia: Facilmente se comunga da necessidade de elaborar um novo Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos, e merecem total concordância as louváveis, acertadas e fundamentadas considerações tecidas no Preâmbulo daquele Regulamento, que refere: o equilíbrio e harmonização dos interesses dos agentes económicos do concelho, bem como a proteção da segurança e dualidade de vida dos munícipes, assegurando o direito ao descanso dos cidadãos, acrescentando ainda que, o regulamento em vigor, permite concluir que o atual equilíbrio entre os vários e legítimos interesses em presença se afigura adequado - o que é outra inequívoca falácia perante os factos já relatados e de pleno conhecimento da edilidade, pelo que o ora expositor lamenta profundamente que o texto do Regulamento não tenha, depois, qualquer correspondência com aquelas considerações.

Assim, em face das considerações tecidas e de modo a dignificar as condições de vida no Centro Histórico, propomos que o Regulamento daqueles Estabelecimentos diferencie os horários consoante o tipo de zona geográfica em causa, limitando significativamente os horários de funcionamento dos estabelecimentos noturnos nesse local, e alargando os horários em zonas não residências e escassamente povoadas. Concretamente, e no que aos estabelecimentos comerciais do Grupo B diz respeito, tendo em conta o "mecanismo de equilíbrio" a que se refere o preâmbulo do regulamento, propomos que se estabeleça que os estabelecimentos que se situem em áreas residenciais, como é do caso do centro histórico, encerrem á 1h da manhã, com exceção do sábado, dia em que poderão estar abertos até às 2h da manhã. A possibilidade de abertura até às 2h da manhã poderá ainda ser permitida durante o verão (entre 15 de junho e 15 de setembro), e em determinadas datas festivas, mais concretamente naquelas que se encontram



Assembleia Municipal de Caminha

indicadas no n.º 2 do artigo 7.º do atual projeto de regulamento submetido a discussão pública.

Paralelamente, e dada a inoperância da edilidade na resolução dos problemas nas imediações dos estabelecimentos de diversão noturna da "Rua Direita", não só pela inexistente fiscalização assim como pela inequívoca falta de segurança, vimos também solicitar que, a bem dos caminhenses, procedam ainda ao reforço de policiamento na zona, especialmente ao final de semana, a cargo e encargo da própria Câmara - como já acontece em determinados eventos especiais promovidos pelo Município.

Por fim, importa referir que aos cidadãos são dados mecanismos vários, desde o direito de petição até ao direito de ação judicial para defesa dos seus direitos e mesmo de interesses difusos, mas consideramos que o primeiro dos passos a tomar é alertar as entidades administrativas competentes uma vez que podem contribuir decisivamente para a resolução destes problemas, em articulação (consequente) com os moradores, agentes económicos e demais interessados. Por um lado, este passo assegura que tais entidades sabem o que se passa, não lhes sendo desculpável que nada façam, e por outro, assegura que tais situações de degradação da qualidade de vida urbana são afinal decididas em concordância com as entidades que escolhemos para administrar a nossa vida pública.

Nestes termos, resta-nos, pois, apelar para que na tomada de decisão por parte de V.Exas prevaleça o superior interesse da população de Caminha, sempre no estrito cumprimento das leis da República.

Apresentamos os melhores cumprimentos"

O **Senhor Luiz Carlos Quarteu**, saudou todos os presentes e disse que aquilo que o levou a intervir na sessão, prendesse com o estado de conservação da estrada que liga Caminha à rotunda de Vilar de Mouros que vai ligar à A28, e como todos verificam o estado de degradação que a estrada se encontra, está desajustado ao trânsito atual, mas, referiu o Senhor Luiz Quarteu, que centrava a sua intervenção mais para o troço que liga Argela a Vilar de Mouros, onde se encontra um depósito



Assembleia Municipal de Caminha

de material orgânico e inorgânico, e este tipo depósito numa estrada de ligação a um Concelho não é nada abonatório para a imagem de um Concelho/Vila, o qual enuncia que aposta no turismo. Disse ainda o Senhor Luiz Quarteu que muitas das vezes, somos deparados a cada passo com camiões a depositar nesse local, esses resíduos e que muitas das vezes são projetados para a própria estrada, o que provoca perigo para aqueles que ali circulam, portanto, pensa que este assunto será de todo o interesse desta Assembleia. Por fim, o Senhor Luiz Quarteu convidou todos os membros da Assembleia a passarem no local, para poderem verificar que se trata de uma lixeira a céu aberto, uma vez que esse lixo vai contaminar a água e o solo até à entrada da Freguesia de Vilar de Mouros.

2º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Informações da Mesa

O **Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva**, saudou todos os presentes e informou que a Mesa tinha recebido a seguinte correspondência:

- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento do Projeto de Resolução do PCP sobre a "Eliminação das portagens na A28, A41 e A29"
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta dada pelo Ministro do Ambiente à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, sobre o "Controlo da vespa asiática".
- Ofício do Tribunal de Contas a dar conhecimento da Homologação da conta relativa ao exercício de 2011 com algumas Recomendações. O qual foi entregue aos líderes de partido de cada bancada.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento de um conjunto de propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2016- Autarquias Locais.



Assembleia Municipal de Caminha

- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento das propostas de alteração ao Orçamento de Estado para 2016, apresentadas pelos seus deputados, José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, cujo âmbito das mesmas, vem no sentido de responder a necessidades e preocupações manifestadas ao longo do tempo.
- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento da proposta de Projeto de lei que estipula o número máximo de alunos por turma.
- E-mail do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a dar conhecimento da resposta do Governo à pergunta colocada pela Deputada Carla Cruz, através do Ministério da Educação, sobre a “Academia de Música Fernandes Fão”.
- E-mail do Grupo Parlamentar os Verdes, a dar conhecimento de um projeto de resolução, que propõe uma nova atualização do Programa Nacional de Vacinação, apresentado pelos deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que foram apresentadas duas moções à mesa, uma da CDU e outra do PS.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Múncipes e a Comunicação Social, e leu a seguinte moção:

“A construção da democracia em Portugal deve-se ao esforço, persistência e sólida consciência cívica, que tantas mulheres e homens, muitos na clandestinidade, entregaram à luta contra a ditadura que subjugou as populações, em geral, e os trabalhadores, em particular. Desafiando a vida, confrontando os poderes instalados, defendendo as classes trabalhadoras e oprimidas, sonhando com uma sociedade progressista, justa, democrática e capaz de decidir, em liberdade, o seu futuro, tornaram possível que a 25 de abril de 1974 um novo Portugal nascesse, os trabalhadores pudessem sair à rua e comemorar em liberdade o 1º de Maio, e que uma nova Constituição viesse a ser aprovada em 1976. Assim:



Assembleia Municipal de Caminha

- Considerando que assinalamos este ano o 42º aniversário da Revolução de Abril e o 40º aniversário da Constituição da República do Portugal liberto da repressão, censura, prisões e tortura dos muitos democratas e patriotas que se bateram pela liberdade e a democracia;
- Considerando que a Revolução de Abril propiciou conquistas políticas, sociais, económicas e culturais que a Constituição da República acolheu e que foram a fonte para um acelerado desenvolvimento do País, com uma marcante e galvanizante participação dos trabalhadores e das populações;
- Considerando que a consagração do Poder Local Democrático foi uma das mais relevantes conquistas da Revolução de Abril;
- Considerando que a Revolução de Abril e a aprovação da Constituição da República foi um dos maiores atos de afirmação de soberania e independência nacionais;
- Considerando que os valores de Abril permanecem profundamente alicerçados no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República, apesar de ter sido sujeita ao longo dos anos às mais diversas provas de desvirtuamento e descaracterização, continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz;
- Considerando que os municípios reconhecem na revolução de 25 abril de 1974 e na Constituição de 1976 a sua afirmação na decisão livre e da consolidação da intervenção popular capaz de dar voz às populações na resolução dos seus problemas;
- Considerando a justa luta dos trabalhadores, já não só na por direitos ainda não reconhecidos, mas também na recuperação dos que lhe foram retirados;
- Considerando que as comemorações do 1º de Maio, Dia do Trabalhador, é de importância maior na afirmação democrática de um povo, reconhecendo nas classes trabalhadoras a dinâmica basilar da organização social.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 22/04/2016, delibera:



Assembleia Municipal de Caminha

- 1 – Saudar os valores e conquistas da Revolução de Abril, cujos elementos essenciais estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e são a base para uma política que sirva Portugal e os portugueses;
- 2 – Apelar aos trabalhadores, aos eleitos autárquicos, ao movimento associativo e à população, para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril, essencial à defesa dos interesses e direitos das populações, em geral, e dos trabalhadores, em particular;
- 3 – Reconhecer o papel das populações na consolidação da democracia que os valores de abril preconizam.

A presente moção deverá ser enviada para:

- Câmara Municipal de Caminha;
- Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia do concelho de Caminha;
- Representação municipal do STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local;
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMO);
- Grupos parlamentares representados na Assembleia da República.

Os Proponentes,

Joaquim Celestino Ribeiro e Carlos da Cunha Alves

Caminha, 22 de abril de 2016 | CDU – Coligação Democrática Unitária”

O Senhor Presidente da Mesa propôs inscrições para intervenções referentes à moção apresentada.

O Senhor Deputado Rui Taxa saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e disse quanto à moção apresentada pela CDU, a bancada do PSD subscreve aquilo que ali foi apresentado nomeadamente no que diz respeito aos valores e conquistas da revolução de Abril, subscrevem também ao apelo que faz aos



Assembleia Municipal de Caminha

trabalhadores para que se associem de uma forma inequívoca e maciça às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, e não deixa de reconhecer o papel da população na consolidação em todos aqueles valores que ali foram registados no 25 de Abril, pelo que, a bancada do PSD revê-se inteiramente na moção apresentada pela CDU e por isso votam favoravelmente.

O **Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia Âncora, Luis Matias**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes, e sugeriu que como coordenador da ANAFRE que a presente moção também fosse enviada para a Associação Nacional de Freguesias.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU está aberta a integrar todas as sugestões que ali forem decididas e como tal deve-se integrar na moção o seu envio para a ANAFRE.

O **Senhor Presidente da Mesa**, submeteu a votação do Plenário a moção apresentada pela CDU, a qual foi aprovada com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

De seguida o **Senhor Deputado Manuel Falcão** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e leu a seguinte moção:

“Em 2013, o governo PSD/CDS promoveu a revisão do Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo, através do Decreto-Lei n.º 152/2013, de 4 de novembro, que veio criar um novo enquadramento para a celebração de contratos de associação entre cada escola privada e cooperativa e o Ministério da Educação.



Assembleia Municipal de Caminha

Estes contratos de associação visam, no espírito e na letra da Lei, assegurar o acesso de todos os alunos à educação, um bem constitucionalmente consagrado, através da contratualização com o setor privado e cooperativo da prestação do serviço educativo onde a rede pública seja insuficiente ou inexistente.

De acordo com a política do então Ministro Nuno Crato, os contratos de associação passaram a ser celebrados por ciclos de estudos - 2 anos para o 2.º ciclo do ensino básico e 3 anos para o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário - sendo certo que, onde exista capacidade instalada na rede de estabelecimentos públicos, os alunos em início de ciclo serão absorvidos por estes estabelecimentos públicos e apenas onde não exista estabelecimentos públicos de ensino com capacidade para absorver todos os alunos, serão constituídas novas turmas em estabelecimento de ensino particular e cooperativo financiadas pelo Estado.

Prevê ainda a legislação em vigor, que a frequência de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, na parte do apoio financeiro outorgado pelo Estado, é a correspondente à área geográfica de implantação da oferta abrangida no respetivo contrato, ou seja, a área correspondente a um espaço delimitado por um círculo de raio igual a 4 Km (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 108/88, de 31 de março).

Deve notar-se que este conceito de área geográfica de implantação da oferta é um subcritério para a celebração de contratos de associação, estabelecido pelo artigo 9.º, n.º 2, alínea d) da Portaria n.º 172-A/2015, de 5 de junho, assinada pela Ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque e pelo Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, João Casanova de Almeida, ambos do Governo PSD-CDS.

O Ministério da Educação publicou, no dia 14 de abril, o Despacho Normativo n.º 1-H/2016, que se limita a desenvolver as normas previstas no Estatuto do Ensino Privado e Cooperativo aprovado pelo governo PSD/CDS.



Assembleia Municipal de Caminha

Neste Despacho, aplicando esse Estatuto, é explicitado que “a frequência de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo com contrato de associação, na parte do apoio financeiro outorgado pelo Estado, é a correspondente à área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo respetivo contrato” (artigo 3.º, n.º 9).

Desta norma resulta - tal como já foi declarado publicamente - que os contratos de associação em vigor serão integralmente cumpridos, que os percursos educativos de todos os alunos que já iniciaram ciclos em turmas com contrato de associação não serão, em qualquer circunstância interrompidos e que, relativamente à constituição de turmas de início de ciclo – e, portanto, de acordo com a interpretação do Ministério de Educação, não abrangidas pelos contratos de associação em vigor – apenas serão validadas aquelas em que houver carência de estabelecimentos públicos de ensino que possam responder às necessidades numa determinada área geográfica.

O grupo parlamentar do PS nesta Assembleia Municipal vem chamar a atenção para os efeitos que o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo aprovado pelo PSD e pelo CDS no governo pode ter no nosso concelho, sobretudo para a Ancorensis – Cooperativa de Ensino. Na realidade, a serem aplicados cegamente os critérios aprovados no passado pelo governo de Direita, o número de turmas a criar e financiar pelo Estado naqueles estabelecimentos de ensino pode criar uma redução tal de alunos (e, por isso, de financiamento) que inviabilize o próprio funcionamento das instituições.

O Partido Socialista compreende que é necessário eliminar redundâncias e duplicações, assegurando que os recursos do Estado são utilizados eficazmente de modo a colmatar as falhas da oferta pública escolar e subscreve uma política que garanta as condições necessárias para que haja dois subsistemas – público e privado – para que as famílias possam optar. De todo o modo, o PS não perde de vista o papel que a Ancorensis tem tido na formação de jovens e adultos no nosso concelho, os postos de trabalho dependentes do funcionamento das instituições, as



[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

necessidades educativas existentes e as particularidades geográficas do nosso concelho.

As duas instituições são uma referência concelhia e distrital e são absolutamente necessárias para cumprir o objetivo de garantir que todas as crianças tenham acesso a um ensino público, universal, gratuito e de qualidade, nos termos da Constituição da República Portuguesa.

Assim sendo, o grupo parlamentar do PS propõe que a Assembleia Municipal de Caminha delibere:

- 1 – **Rejeitar** a aplicação cega da legislação aprovada pelo governo PSD/CDS quanto à criação de novas turmas em estabelecimentos de ensino particular e cooperativo financiadas pelo Estado;
- 2 – **Recomendar** à Câmara Municipal de Caminha uma participação ativa nas reuniões de gestão de rede que terão lugar para avaliação criteriosa da rede formativa e validação concreta de cada turma a criar, fórum onde devem ficar evidentes as necessidades educativas do concelho e a excecionalidade na aplicação dos critérios estabelecidos na legislação;
- 3 – **Exigir** ao governo e às entidades administrativas com competência para tal, a elaboração de um estudo rigoroso sobre as necessidades identificadas para o próximo ano letivo no nosso concelho, de modo a perceber as singularidades do nosso território, quer na relação entre os dois vales (Coura e Âncora), quer na relação com a zona norte do concelho de Viana do Castelo, sublinhando-se a perceção clara de que os alunos do Vale do Âncora, se não tiverem lugar na Ancorensis, não se deslocarão para a escola de Caminha mas para o concelho de Viana do Castelo, certamente com custos acrescidos para o Estado em termos de apoios e transportes escolares.
- 4 – **Demonstrar** solidariedade com os pais, alunos, professores e funcionários dos estabelecimentos privados e cooperativos do ensino sem esquecer o trabalho de enorme qualidade realizado pelo Agrupamento de Escolas Sidónio Pais.



Assembleia Municipal de Caminha

5 - **Repudiar** de forma clara e substantiva a possibilidade, ainda que teórica, de que o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário possa deixar de existir em Vila Praia de Âncora, a vila mais populosa do concelho e uma das mais populosa do distrito de Viana do Castelo.

Esta moção, sendo aprovada, deverá ser enviada para o Ministério de Educação, para a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares da Região Norte, para os grupos parlamentares da Assembleia da República e para a direção da Ancorensis, da ETAP e do Agrupamento de Escolas Sidónio Pais.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que não há muito tempo em um outro assunto abordado nesta Assembleia Municipal, colocou-se ao lado dos interesses locais e repudiou na altura os interesses nacionais, e está-se a referir concretamente na altura que se falava no encerramento da maternidade do Hospital de Viana do Castelo, e foi contra esse encerramento e não teve problema nenhum em manifesta-lo através do seu voto nesta Assembleia, e por isso mesmo, hoje, perante esta moção apresentada pelo PS, independentemente de não concordar inteiramente com o teor do texto da moção, coloca-se ao lado e toda a sua bancada da Cooperativa Ancorensis e da sua direção, da sobrevivência desta importante escola do nosso Concelho e por isso vota favoravelmente a esta moção apresentada pelo PS

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que esta matéria é uma das mais complicadas que o Concelho de Caminha se irá debater nos próximos tempos, e quando se fala nos próximos tempos, será a partir de hoje inclusive, porque a preparação do ano letivo já começou.

O Senhor Deputado disse que relativamente à moção apresentada pelo PS, também concorda com a maioria dos argumentos apresentados, embora haja algumas diferenças, relativamente ao contrato de associação, que é aquilo que está em causa, salvo explicação adicional o Senhor Deputado crê que a ETAP não estabelece contratos de associação, porém, a Ancorensis estabelece contratos de



Assembleia Municipal de Caminha

associação, pelo que, a norma de financiamento da ETAP é distinta daquele que rege a Ancorensis. Disse ainda o Senhor Deputado que efetivamente segundo o despacho que saiu a 14 de abril não está comprometido o Ciclo e os contratos já iniciados, mas, com esta norma que foi estabelecida pode estar em causa a celebração de novos contratos. Disse também o Senhor Deputado que o Concelho tem dívidas com todos aqueles que foram agentes de afirmação no Concelho, todos aqueles que substituíram o Estado nos momentos em que este não tinha capacidade efetiva para dar resposta às necessidades da população, e a Ancorensis inegavelmente foi um motor de coesão do Vale do Âncora, houve erros no passado, e por ventura um dos maiores erros do passado foi ter permitido que o então Agrupamento Intermunicipal tivesse acabado, abrindo espaço para que diminuísse o espaço de afirmação na área educativa em todo o Vale do Âncora, e em particular em Vila Praia de Âncora, que agora se vê ainda mais reduzido com esta norma dos 4 quilómetros. Disse ainda o Senhor Deputado que lhe parece estranho que se atire para o passado a culpa da situação que se está a viver, mas, o Governo de agora também tem autoridade e é o Governo de agora que emitiu este despacho, e também o poderia não ter feito. Referiu ainda o Senhor Deputado que acredita na capacidade enquanto eleitos, e acredita que o executivo camarário não será indiferente à situação particular do nosso Concelho, que vive efetivamente de dois Vales e que com esta possibilidade de diminuição da disponibilidade de oferta educativa da Ancorensis a única coisa que acontecerá e aí concordam com a moção do PS, resultará na perda de mais alunos no Concelho de Caminha.

O **Senhor Presidente da Mesa**, submeteu a votação do Plenário a moção apresentada pelo PS, a qual foi aprovada com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros da Assembleia



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Deputado Manuel Amial**, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me que na sua pessoa saúde todos os presentes.

“Permita-me que em primeiro lugar felicite duas associações que recentemente comemoraram de forma expressiva o seu aniversário - o Etnográfico de Vila Praia de Âncora que comemorou 40 anos de existência, o Orfeão de Vila Praia de Âncora que comemorou 58 anos de vida e o Lions Clube de Vila Praia de Âncora que comemorou 36 anos de serviço à comunidade. Esta referência e, poderia dar outros exemplos, é apenas para sublinhar a força do Movimento Associativo e a importância que o mesmo assume no nosso Concelho.

- Há dias estive numa reunião de Lions Clubes em Santiago de Compostela onde foram abordados alguns temas de interesse comum ao Minho e à Galiza pelo Senhor Prof. Doutor Luís Braga da Cruz, um especialista nesta área e que foi Ministro da Economia e Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte. Entre os temas abordados falou-se da importância das relações transfronteiriças, tão importantes para Caminha, da necessidade urgente da eletrificação da Linha do Minho de Nine a Valença e do prolongamento da A28 até Valença. Gostaria de dizer que comungo destes temas e deixo aqui esta referência para que o Município, em interligação com a CIM, os coloque na agenda política.

- Queria também congratular-me com várias iniciativas e realizações:

Pelo troço de Lanhelas das Ecovias do Rio Minho, o belo arranjo que foi feito no Cais do Esgueiro e com o novo Estádio Ilídio Couto em Lanhelas, recentemente inaugurado;

Pelo início formal do processo de candidatura do Estuário do Rio Minho a Paisagem Cultural da Unesco e pelo trabalho que neste âmbito está a ser feito por associações dos dois lados do Rio Minho, nomeadamente o Etnográfico de Vila Praia de Âncora, a Academia de Música Fernandes Fão e o Orfeão de Vila Praia de Âncora, um exemplo de cooperação mútua;



Assembleia Municipal de Caminha

Pela ação de limpeza na Avenida Ramos Pereira em Vila Praia de Âncora feita pela Junta de Freguesia, tornando a Avenida muito mais aprazível;

Pela forma original como o Município decidiu assinalar o Dia Mundial da Poesia com a gravação de leituras em vídeo feitas por funcionários da Autarquia;

Pelo excelente trabalho na manufatura de arranjos de flores que vem sendo feito pelo Grupo dos Amigos das Maias, Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora e Câmara Municipal para que a Vila Praia em Flor se afirme cada vez mais como um grande cartaz turístico;

Por fim congratular-me com a entrega pela EDP Distribuição de um veículo todo o terreno aos Bombeiros Voluntários de Vila Praia de Âncora, colmatando assim uma lacuna que vai contribuir para uma melhor prestação de serviços à comunidade;

E, por fim, deixar aqui o meu reconhecimento à jornalista Isabel Varela, uma Mulher de luta e de coragem, que aqui neste Teatro apresentou na semana passada o seu Monólogo na Escuridão, procurando sensibilizar a comunidade para a inclusão das pessoas cegas, como é o seu caso e dar o seu exemplo de vida e de sucesso pessoal e profissional. Parabéns, Isabel!"

A **Senhora Deputada Fernanda Viana**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

"À semelhança dos últimos anos, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Caminha (CPCJ) distribuiu durante o mês de abril flyers e os laços azuis. Esta é uma das ações que decorrem no mês de abril, Mês da Prevenção dos Maus-tratos na Infância, que visam a sensibilização para a prevenção da violência contra crianças e jovens.

A iniciativa Laço Azul nasceu em 1989, nos Estados Unidos da América, quando uma avó, Bonnie Finney, atou um laço azul à antena do carro como chamada de atenção para os abusos a crianças, pois seus netos também tinham sido vítimas.



Assembleia Municipal de Caminha

Escolheu o azul pela dualidade: uma cor alegre, mas que também lembra as marcas que ficam na pele após uma agressão.

Passaram 27 anos, e apesar de vivermos em pleno século XXI, os maus-tratos contra crianças e jovens são ainda um flagelo que nos atinge, em todos os setores da sociedade. Enquanto esta situação não merecer por parte de todos o total repúdio, enquanto ainda houver crianças a morrer como vítimas de violência, não se pode parar de repetir esta iniciativa e lembrar tanto a origem, como o seu fim: as nossas crianças.

O mês do Laço Azul termina com a Peça de Teatro «Infância Adiada», da autoria do grupo Krisálida e organizada pela CPCJ, que terá lugar no Teatro Valadares, no próximo dia 29 de abril, às 22 horas. A CPCJ convida todos os presentes a assistir a esta peça.

Termino com uma citação da carta que aquela avó escreveu ao Procurador a quem remeteu o caso dos seus netos:

«Devemos proteger o nosso maior tesouro: as nossas crianças. Usem o laço azul ao peito, coloquem um no carro, deem aos vossos amigos, expliquem o que significa, podem desta forma salvar a vida a uma criança. Se souberem que uma criança é maltratada, atuem! Mas atenção, por vezes só se percebe a dor e o sofrimento de uma criança quando a olhamos nos olhos.»

Como representante desta Assembleia Municipal na CPCJ, convido todas as pessoas presentes a colocar o laço azul, que a seguir vai ser distribuído, e que passem esta mensagem a todas as pessoas que conhecem. Não será demais.”

O Senhor Deputado Rui Taxa, disse o seguinte:

“Na última Assembleia Municipal tivemos oportunidade de assistir a uma intervenção efetuada por um Deputado Municipal do Grupo do PS, que exemplifica da melhor maneira, a postura do PS e seus apoiantes perante os factos locais e a mensagem (nem sempre verdadeira), que é preciso passar para a opinião pública. Refiro-me concretamente à intervenção do Sr. Deputado Hugo Martins. Não posso deixar de realçar, antes que me esqueça de o dizer, que pessoalmente me deliciei



Assembleia Municipal de Caminha

com esta sua intervenção. O Sr. Deputado Hugo Martins, aproveitou o 1.º Aniversário da inauguração do Continente Bom Dia em Vila Praia de âncora, para através das suas palavras, do seu texto, poder por um lado, denegrir a imagem política do Deputado e Líder do Grupo do PSD desta Assembleia Municipal, o Deputado Rui Taxa e, por outro lado, fazer passar a narrativa socialista que esta era a grande derrota do PSD no Concelho de Caminha. O Sr. Deputado Hugo Martins, lembrou a esta Assembleia, as minhas palavras aqui proferidas aquando da abertura do Continente, nomeadamente:

- O comércio tradicional e local vai desaparecer e será a desgraça total para Vila Praia de Âncora;
- A Câmara privilegiou o Grupo Sonae em detrimento de outros licenciamentos de diversos munícipes;
- Que a responsabilidade do encerramento da Biandota, Mercados Brás, Casa Tomé, Talhos, Padarias, etc., seria da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara;
- Etc., etc., etc.

Senhor Deputado Hugo Martins.

Está visto que V. Exa. pretende tornar-se um Tribuno de Excelência do seu Grupo político nesta Assembleia Municipal.

Mas um Deputado Municipal para se tornar em Tribuno, ou, em Deputado de referência de um Grupo político, seja ele qual for, deve ser correto, rigoroso e honesto.

E, pelo que me foi dado perceber, a sua postura não primou pela correção, pelo rigor e pela honestidade.

Tão pouco o texto que o Sr. Deputado Hugo Martins aqui leu, se pautou pela correção, pelo rigor e pela honestidade.

Mais.

Tenho dúvidas, sérias dúvidas, que o texto que o Sr. Deputado Hugo Martins aqui leu, tenha sido escrito por si.

Quem escreveu aquele texto não conhece Vila Praia de Âncora.



Assembleia Municipal de Caminha

Não conhece a realidade comercial de Vila Praia de Âncora.

Quem escreveu aquele texto, não vem a Vila Praia de Âncora há anos.

E porquê? pergunta o Sr. Deputado Hugo Martins. Porque, desde que o Continente Bom Dia abriu as suas portas ao público, tal como nós profetizamos, outros estabelecimentos comerciais, esmagados pela concorrência de preços, tiveram que fechar as suas.

Relembro ao Sr. Deputado Hugo Martins, e ao autor do seu texto, o encerramento:

- Talho Europa, Vila Praia de Âncora, em junho de 2015;
- Peixaria Baixinho, Vila Praia de Âncora, em setembro de 2015;
- Restaurante Ibraim, Vila Praia Âncora, em novembro de 2015;
- Café Telheira, Vila Praia Âncora em novembro de 2015;
- Café Alfa e Beta, Vila Praia Âncora em novembro de 2015;
- Churrasqueira Mini Preço, em Vila Praia Âncora, em novembro de 2015;
- Pastelaria Pérola, Vila Praia Âncora, em dezembro de 2015;
- Café Baviera, Vila Praia Âncora, em dezembro de 2015;
- Minimercado e Café Âncora, em Santa Luzia-Âncora, em dezembro do 2015;
- Café Tomás 2, Caminha, em dezembro de 2015;
- Café K ' In, o café que o Sr. Deputado e Família costumava frequentar em Vila Praia Âncora, em dezembro de 2015;
- Supermercado "O Dia", em V. P. de Âncora.

E omito em falar (para não estabelecer o pânico) em todos os outros estabelecimentos comerciais, que vivem do crédito, e que não sabem por quanto tempo se vão aguentar.

Por aqui se constata que o Sr. Deputado Hugo Martins, não foi rigoroso, nem correto nem honesto.

Porque deveria ter "dado corda aos sapatos", deveria ter descido ao terreno para verificar "in loco", se aquilo que lhe deram para ler, e que leu na Assembleia Municipal estava correto ou não.

Mas não o fez.

Caso ainda esteja com dúvidas, dou-lhe só mais um exemplo.



Assembleia Municipal de Caminha

O Sr. Deputado Hugo Martins falou no Supermercado "Biandota" em Vila Praia Âncora.

Mas o senhor não foi lá.

Não falou com o Berto, nem com o Piano nem com a Marocas.

Porque se lá tivesse ido, se tivesse falado com eles, ficava a saber que o grande dia de negócio da Biandota, a grande tarde de negócio da Biandota, que era a tarde de sábado, desapareceu com a abertura do Continente Bom Dia.

E teria ficado a saber que o Supermercado "Biandota" já passou por melhores dias. Mas o Senhor Deputado Hugo Martins, com a sua atitude, de não verificar no terreno o que afirma em sede de Assembleia Municipal, só revela que não prima pelo rigor, pela correção e pela honestidade política.

Como tal, não poderá nunca ser um Tribuno político ou um Deputado Municipal de referencia.

Porque não lhe interessa o que é verdade.

É mais um, a querer passar a Narrativa Socialista.

Todo o "show off" por si apresentado na última Assembleia Municipal, só tinha um propósito.

Dizer alto e bom som que a mensagem Socialista que querem passar, para branquear as decisões desastrosas é que é a correta.

Para si, tanto faz que o "Biandota", ou o "Brás" ou todos os outros estabelecimentos em dificuldades estejam abertos ou fechados, desde que o Partido Socialista ganhe as eleições.

Em termos oratórios eu delicieei-me com a sua intervenção!

É que o Senhor Deputado estava à chuva, pensava estar abrigado, mas já estava encharcado!

Em termos políticos estou absolutamente chocado, principalmente pela sua juventude, que devia revelar outras irreverências, senão ler o que lhe dizem!

É assim que o Partido Socialista de Caminha trabalha.

Divulgando aos 4 ventos a sua Narrativa Socialista.



Assembleia Municipal de Caminha

Pois em nome da verdade e sobretudo da responsabilidade e verdade porque o PSD se pauta, lhe digo e acrescento, que a abertura do Continente, juntamente com a não abertura da passagem pedonal da Travessa do Teatro - uma promessa eleitoral do seu Presidente não cumprida - destruíram por completo todo o comércio da Rua 31 de Janeiro, Praça da República e Rua 5 de Outubro.

Mais.

Agora que o seu Presidente, para além de ser Presidente da Câmara é também o Presidente do

Partido Socialista quer do Concelho de Caminha, quer da Federação Socialista Distrital, agora que o seu Padrinho político é Primeiro Ministro - por maioria parlamentar e não com o voto dos portugueses - está chegada a altura de lhe exigir o rigoroso cumprimento do seu Manifesto Eleitoral.

Agora não há desculpas, nem do passado, para que o Presidente Miguel Alves não cumpra o que prometeu aos Caminhenses durante a campanha eleitoral de 2013.

Tem todas as condições e condições únicas!

Tem a conjuntura ideal! Governo, câmara e Distrital!

Não tem desculpas. Não tem porque continuar a enviar-nos convites para apresentação e discussão de ideias, que nem projetos são!

Está chegada a hora de cumprir o "Mais e Melhor" que prometeu!

A marginal, o mercado, a travessa do teatro, o novo cais dos pescadores, o desassoreamento do Rio Minho e todas as promessas que fez e não cumpriu! Mais e Melhor foi o que o Senhor disse:

Menos e pior foi o que até agora fez!"

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse que em defesa da honra não vai tecer grandes comentários a esta intervenção a qual visou na integra o atacar, mas, não o espanto, é dentro daquilo que cabe à postura do PSD, pois, gostava de deixar duas



Assembleia Municipal de Caminha

notas. E disse o Senhor Deputado que todos aqueles estabelecimentos que o Senhor Deputado Rui Taxa mencionou e que realmente deu conta na minha intervenção, pergunta, quantos é que fecharam? Referindo o Senhor Deputado que preza muito a sua Terra, bem como o seu comércio local, e deixa um conselho ao Senhor Deputado Rui Taxa que fale com os comerciantes e tente perceber o porquê de os estabelecimentos fecharem e algumas das afirmações que aqui foram elencadas é pura mentira em relação a alguns estabelecimentos, e o Senhor Deputado não tem nenhum estudo de impacto a nível de comércio que possa provar tudo aquilo que aqui disse em relação ao Grupo Sonae, como por exemplo uma pessoa que se reforme e feche o estabelecimento a culpa é do Grupo Sonae, e mesmo quando um proprietário quer fechar para exploração o estabelecimento, esse tal, que ele frequenta e mesmo a sua família, a culpa é do Continente. Mas, disse ainda o Senhor Deputado que quanto a rigor, honestidade e caráter, isso não admite ao Senhor Deputado Rui Taxa que o ponha em causa, porque, ele sempre foi uma pessoa com caráter, rigor e honestidade.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Municípes e a Comunicação Social, e disse que:

"Como disse Fernando Pessoa: "Deus Quer, o Homem Sonha e a Obra Nasce"

Começo esta minha intervenção parafraseando o grande escritor e poeta porque é de sonhos e de obra de que vou falar esta noite!

E por isso mesmo tenho de dar os parabéns ao PSD. Sim, contrariamente áquilo que aqui afirmei, nesta Assembleia, ou melhor aqui não, em Vila Praia de Âncora em dezembro passado, hoje tenho que felicitar todos os pais e todas as mães do PSD por tudo quanto fizeram ou melhor, dizem que fizeram e das quais o PS agora no executivo, se apropriou! Vão já perceber a que me estou a referir.

Como disse, Deus quer, o Homem Sonha, a Obra nasce...e nos últimos meses, tudo quanto foi feito é, segundo as últimas notícias, obra do PSD! Vejamos alguns



Assembleia Municipal de Caminha

exemplos simples para que todos fiquem esclarecidos sobre esta paternidade e sobre os supostos indevidos, dividendos deste executivo!

O Pólo de Caminha da Academia de Musica Fernandes Fão. O PSD Sonhou a obra, a obra nasceu mas quem pagou 60% dos custos foi este executivo!

Este Teatro Valadares. O PSD sonhou, a obra nasceu, e assistimos à inauguração deste belo espaço, a um dia do início da campanha eleitoral, com pompa e circunstancia, como é natural! Os fundos comunitários pagaram 85% da obra e o Município ficou com a obrigação de pagar 435 mil euros. Até aqui tudo bem, o PSD sonhou, a obra está aqui mas...44% Destes 435 mil euros, quase metade da obra, foi paga por este executivo!

A casa mortuária de Dem. O PSD sonhou, a obra nasceu. Está lá, foi inaugurada antes das eleições, mas quem é que a tem de pagar? Eu digo: A junta de freguesia de Dem, que nunca recebeu tanto dinheiro da Câmara como neste mandato, mas, que tem que o entregar para pagar esta obra. A câmara já pagou a totalidade do compromisso que o PSD assumiu e do qual não tinha pago nem um cêntimo!

Claro está que virá o PSD dizer que isto é normal, que uns pagam as obras dos outros. Mas o que também é preciso dizer é como foram realizados esses sonhos que se materializaram em obra! Com este executivo fizeram-se obras como a do Mosteiro, as ecovias, a nova biblioteca, a nova escola de Venade, as obras nos Caldeirões e....está praticamente tudo pago aos fornecedores e empreiteiros.

Pois é....não basta Deus querer, o homem sonhar e a obra nascer...é preciso Pagar!

Mas, também temos o reverso da medalha...o PSD Sonhou, Mas A Obra Não Nasceu...ou melhor, Nasceu, mas contrariamente àquilo que é veiculado, nem pelo seu sonho nem pela sua mão!

Vejamos:

As ecovias de Seixas e Lanhelas: São do PSD segundo dizem mas...os projetos de execução só foram aprovados com este executivo. São do PSD, mas em Lanhelas, queriam atravessar a estrada Nacional e ir pelo interior da freguesia. As



Assembleia Municipal de Caminha

ecovias são do PSD, mas não fizeram nada durante anos! São "pais" destes projetos mas...pasmem-se! Não votaram a favor dos projetos na Câmara!

O Mosteiro de São João D'Arga: é um projeto do PSD, mas os projetos de execução foram aprovados com este executivo. É do PSD, mas nunca fizeram nada, nem luz elétrica havia no Mosteiro, foi este executivo quem levou a eletricidade ao Mosteiro! São "pais" deste projeto, mas.... o anterior vereador do PSD com o pelouro das obras, não votou a favor do projeto na Câmara.

A biblioteca de Caminha: É do PSD, mas os projetos de execução foram aprovados com este executivo. O arquiteto do projeto sentiu-se abandonado durante anos, com o projeto na mão e o desinteresse total da Câmara a impedir a obra, São "pais", mas não votaram a favor dos projetos da Câmara!

O último exemplo, o mais recente, e também objeto de "sonho" do PSD, o Campo de futebol Ilídio Couto em Lanhelas. Um projeto, mais uma vez segundo as informações espalhadas, maioritariamente elaborado pelo PSD e que fazia parte do Caderno eleitoral do candidato do PSD nas últimas eleições. Este, de facto não foi um "sonho", foi sim uma miragem, pois nem em sonhos esta obra teve algum projeto ou esboço de projeto do PSD! Nada, apenas uma promessa eleitoral à semelhança de outras, como por exemplo a recuperação da escola de Vilarinho prometida durante 10 anos ou ainda a ponte internacional prometida durante 12 anos, ou ainda um polo universitário.... Estes projetos, a serem filhos do PSD, mas que não o foram, foram "filhos" que o pai, renegou, não votando, nem uma vez, a favor dos projetos da Câmara.

Pois é....é tudo deles, tudo sonhado, realizado pelo PSD, mas...só em sonhos como aqui demonstrei!

Foram pais e mães de tudo, no entanto, renegaram a sua paternidade ao não serem capazes de votar uma única vez a favor daquilo que, pretensamente, teria sido autoria, idealização sua! Como dizia o conceituado jornalista brasileiro Cléber Martins: "Um dos maiores erros do ser humano é confundir Patriarcado com Paternidade" Foi isto que fez o PSD....foi esta confusão. Diria ao PSD que desperte, pois, o seu Patriarcado acabou há mais de dois anos! Quanto à



Assembleia Municipal de Caminha

Paternidade que alegam...lamento, foram pais de muita coisa, mas destes factos que aqui elenquei, não foram certamente!”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, António Manuel Alves Moreira Brás, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Na passada reunião desta Assembleia, creio que a 26 de fevereiro, no contexto da minha humilde intervenção, proferi a seguinte afirmação:

«Volvido um mês e uma semana sensivelmente, não só o buraco não está pavimentado, como jorra água a granel pelo chão. Água que todos pagamos. Logo considero intolerável.»

Quero agora penitenciar me e corrigir o meu erro. Porque referia-me a água da rede pública.

Acontece que estava enganado, a água em questão, veio a provar-se ser de nascente.

Por tal, quero aqui em sede própria deixar as minhas desculpas. Nomeadamente ao senhor Presidente da Câmara por tal afirmação, que reconheço, foi injusta, extensivas aos serviços.

Quero ainda agradecer vivamente, a prontidão com que o senhor Presidente e o Sr. Vice-presidente procuraram resolver a situação, deslocando-se ao terreno para que fosse encontrada uma solução técnica.

E realmente foi encontrada uma solução, só que o buraco no Adro da Igreja Paroquial, volvidos agora cerca de 100 dias continua aberto.

Logo, resta-me reiterar, o restante teor da intervenção de então.

No que diz respeito à zona envolvente da Duna dos Caldeirões, também por mim referida na anterior assembleia, gostaria de voltar a alertar, para o estado paupérrimo, em que se encontra o passeio pedonal.



Assembleia Municipal de Caminha

Quero sinceramente, agradecer ao executivo camarário, por não ter deixado que as minhas palavras na Assembleia anterior fossem em vão, dando início à desmatação junto da margem do Rio Âncora, que sem dúvida torna aquele espaço, já de si maravilhoso, num local muito mais aprazível, que certamente será apreciado por todos.”

O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia Âncora, Luis Matias, disse o seguinte:

“Queria aproveitar este momento para deixar ao Executivo Camarário algumas sugestões, no sentido de melhorarmos certos aspetos relacionados com o nosso Concelho.

São efetuados, ao longo do ano, inúmeros eventos no Concelho que não aparecem depois plasmados e divulgados da forma mais eficaz. Gostaríamos de sugerir ao Sr. Presidente da Câmara, que sempre que um evento se realize nas Freguesias, seja ele da responsabilidade do Município, de qualquer outra Entidade ou Associação, por uma questão de transparência e de justiça para quem tanto trabalha em prol dessas atividades culturais e económicas que nos cartazes de divulgação e agenda cultural constasse o nome dos parceiros diretos, nomeadamente das Juntas de Freguesia ou Associações respetivas.

A propósito de eventos com magnitude e projeção permitam-me lembrar esta Assembleia que está a aproximar-se o evento "Vila Praia em Flor" que começa já na próxima sexta feira dia 29. Desta forma, deixamos assim o convite a todos, para que participem ativamente no evento de forma a fazermos história e reconhecermos o trabalho de todos os Ancorenses que trabalharam com afinho para embelezar as ruas da nossa Vila.

No entanto, e como se aproxima a data, esta Junta de Freguesia quer, nesta Assembleia, demonstrar a sua preocupação com a imagem esburacada e esquartejada em que esta Vila se encontra atualmente devido às obras de colocação das condutas para Gaz Natural.



Assembleia Municipal de Caminha

Outro ponto que nos tem vindo a preocupar é a limpeza geral da nossa Freguesia. O serviço prestado pela empresa "Luságua" deve ser revisto e os serviços por eles prestados fiscalizados pelo Município, pois neste momento a Vila encontra-se com as ruas cheias de ervas e já em várias situações alertamos o encarregado ou funcionários que certos contentores do lixo na parte de cima da Freguesias não são despejados diariamente.

Também queremos chamar à atenção do Sr. Presidente da Câmara e de toda a Assembleia, porque é aqui, no órgão próprio, que estes assuntos devem ser colocados. Falo da cedência do piso na entrada do hipermercado Continente e respetiva saída do parque de estacionamento para a Rua 5 de Outubro. Nestes últimos dias, e com a chuva intensa, aquele local estava um perigo para quem lá passava de carro e também no passeio de acesso ao mesmo chegando a haver pessoas que ficaram completamente molhadas após passagem dos carros. Esta Junta de Freguesia enviou um ofício acompanhado de fotografias do local, do qual deu conhecimento público à população, datado do dia 14/04/2016 ao Grupo SONAE a informar disso mesmo, uma vez que a responsabilidade também é dos mesmos.

A título de conclusão, queremos deixar aqui também a nossa preocupação sobre a conclusão dos trabalhos de colocação das infraestruturas do GAZ, pois é do nosso conhecimento que duas das empresas já desistiram e deixaram tudo por concluir ou mal concluído."

O Senhor Deputado João Felgueiras da Silva, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que a sua intervenção prendesse inevitavelmente com impostos, porque no momento se está na fase da entrega de IRS relativamente ao ano 2015, e uma como diria Benjamim Franklin "são tão certos como a morte", pelo que gostava de lembrar toda a Assembleia e todas as pessoas que nos estão a ouvir, que existe o benefício fiscal da consignação, cota



Assembleia Municipal de Caminha

de 0,5% para conceção relativamente a associações deste Concelho, onde, existem identidades em que o processo foi deferido para 2015 relativamente ao Concelho, as quais passou a designar:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caminha, com o Nif. 501651605;
- Centro de Bem Estar e Social de Seixas, com o Nif. 500851158;
- Centro Social e Cultural de Vila Praia de Âncora, com o Nif. 501393889;
- Patronato Nossa Senhora da Bonança, com o Nif. 501223185;
- Santa Casa da Misericórdia de Caminha, com o Nif. 501160213

Disse ainda o Senhor Deputado que estas associações prestam um trabalho social, solidário e humanitário, pelo que, deixa o apelo uma vez que essa consignação não tem qualquer peso e encargo para os contribuintes, para que contribuam com estas associações, para que estas possam continuar a desenvolver as suas atividades.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o seguinte:

“Entre 2001 e 2014, o concelho de Caminha diminui a sua população escolar em cerca de 41%, perdendo quase metade dos seus alunos. Todos sabemos que paralelamente à atividade escolar há todo um dinamismo social, económico, cultural e laboral que sustenta a existência de uma comunidade. O momento que vivemos, em que a preparação do próximo ano letivo já se inicia nas escolas, obriga a uma interpretação apurada dos números, dos compromissos e das necessidades, face às quais a Câmara Municipal não poderá ser alheia. A CDU procurou dar sinais desde esta assembleia para uma atuação mais preponderante do executivo camarário, criando cenários de envolvimento na atividade pedagógica das escolas e de interligação da escola com o meio, registando com agrado algumas iniciativas do pelouro, numa clara interpretação desta necessidade. No entanto é exigido mais. É requerido da Câmara Municipal, e em particular do seu executivo, um envolvimento claro na promoção das suas escolas e na criação de condições para que alunos e famílias escolham o concelho de Caminha, no vale do Âncora e no Coura-Minho, para, aqui, concluírem integralmente os seus estudos



Assembleia Municipal de Caminha

pré superiores, já que até ao momento ainda não houve vontade ou capacidade para atrair experiências de nível superior, em particular na articulação transfronteiriça que faria de Caminha o enquadramento geográfico apetecível. No passado, teimosamente, aquando da construção da carta educativa, apesar dos apelos e avisos da CDU, foi desvalorizada a existência do agrupamento intermunicipal, elemento essencial na coesão do vale do Âncora, criando-se a aposta no centro escolar de Dem, claramente insuficiente e estrategicamente questionável para a fixação de alunos, como de resto se veio a comprovar. Mas estes erros estratégicos devem agora servir de exemplo para comprovar até que ponto as políticas municipais em educação são fundamentais para a manutenção das escolas e com elas garantir a existência do próprio concelho. De facto, apetece-nos usar, com outra grafia, o slogan "quer um conselho? Estude no concelho de Caminha", um Município com capacidade de resposta educativa para todo o ensino pré superior, com todos os ciclos do ensino básico, duas escolas com oferta de terceiro ciclo e ensino secundário a respeitarem a coesão e a resposta de proximidade nos vales do Âncora e no Coura-Minho, uma escola de ensino profissional e uma escola do ensino artístico especializado da música, garantindo o ensino articulado em Caminha e em Vila Praia de Âncora, cobrindo a totalidade do território municipal. Ora é para estas escolas e com estas escolas que a Câmara de Caminha deve trabalhar, respeitando o percurso de cada uma e o seu passado na construção de um concelho atrativo, contrariando qualquer tentativa de descartar profissionais e escolas com provas dadas e nas quais houve benefício para o município, cruzando-se, por vezes, a sua existência com a identidade do concelho, nos vales do Âncora e no Coura-Minho. É este o discurso de valorização das escolas e da oferta educativa, que gostaríamos de ouvir, em todos os canais de divulgação, e não verificar qualquer tipo de apoio ou patrocínio, mesmo não intencional, à divulgação de iguais ofertas educativas às existentes no município que apenas visam esvaziar ainda mais o concelho de Caminha, ou na degradação da oferta educativa existente.



Assembleia Municipal de Caminha

Claro que a toda esta análise poderá rebater-se com a questão demográfica; mas não esqueçam que os números, se por um lado explicam, por outro complicam a análise, e a verdade é que no período correspondente à perda de 41% dos alunos no nosso município, corresponde apenas uma diminuição de 4% da população residente, e menos 2,6 pontos na taxa bruta de natalidade, o que significa uma efetiva saída de alunos do concelho, apesar da existência de resposta, mantendo-se, para já, a residência familiar no município de Caminha. Estamos certos que já se debruçaram sobre esta questão, mas até ao momento não é ainda visível qualquer estratégia concertada com as escolas para fixar os alunos, apesar da excelente colaboração e cooperação que estas entregam ao município, para além do igualmente excelente trabalho educativo e formativo.

E nesta entrega, na identidade que as escolas do concelho têm conseguido enraizar nos seus alunos, percebe-se a razão pela qual alguns vão regressando e pensando projetos que valorizem a nossa Terra. Nesta matéria temos o exemplo do Cancioneiro de Caminha, obra inédita de um nosso conterrâneo que poderá ser já vista e ouvida amanhã, no Pavilhão Municipal de Caminha. Pena é que uma obra de um Ancorense, com estreia mundial no concelho de Caminha, com uma história que marca todas as freguesias do concelho não tenha direção artística e interpretação instrumental e vocal integralmente de munícipes do concelho de Caminha, apesar da disponibilidade e reconhecida competência. No entanto, tal não ensombra de forma alguma este espetáculo, que, em nosso entender bem, a Câmara apoia, fazendo desta obra exemplo e enquadra-a, tão simbolicamente nas comemorações do 25 de Abril, reconhecendo o contributo da criatividade artística na afirmação da democracia e da participação ativa dos cidadãos. É com satisfação que vemos este envolvimento, e com entusiasmo acreditamos que a população do concelho de Caminha, a começar pelos seus representantes nesta assembleia, estarão disponíveis para assistirem ao espetáculo de amanhã.

Mas não só na composição artística inédita se reconhecem os sucessos dos munícipes de Caminha no contributo que oferecem ao concelho. Temos vindo a afirmar tantas e tantas vezes que a Câmara Municipal de Caminha tem a seu lado



Assembleia Municipal de Caminha

toda uma população disponível e capaz, tanto individualmente, como pelas coletividades. Bastará o bom apoio do município e estas iniciativas quase ganham vida por si próprias. E com elas o município garante visitas, reconhecimento público e valorização. O Sonic Blast é disso exemplo. A cada ano consolida-se a afirmação deste festival, pensado e criado, por um munícipe de Caminha que escolheu Moledo para acolher este festival que é realmente diferente de tantos outros, por isso traz cada vez mais entusiastas, seguidores do cartaz atrativo que a organização tem garantido.

Mas também no domínio das coletividades, do que é exemplo o Âncora Folk, que nos leva ao Etnográfico de Vila Praia de Âncora, a cumprir o seu 40º aniversário. Nele se reconhece a entrega e dedicação de José Augusto Brito Meira, e de todos os que o acompanharam, com motivação, na criação de um grupo capaz de perpetuar as suas raízes populares, levando o folclore deste nosso Alto Minho ao mundo, e com ele todo o vale do Âncora e o concelho de Caminha. Hoje, na sua memória, são muitos os que seguem este projeto, e a parceria estabelecida entre a Câmara Municipal de Caminha, a Academia de Música Fernandes e o Etnográfico de Vila Praia de Âncora, testemunha o reconhecimento e uma forma digna de associar este aniversário à dinâmica cultural municipal, e também na sua ligação a A Guarda, numa internacionalização que faz eco das práticas de José Augusto Brito Meira, primeiro presidente do Etnográfico de Vila Praia de Âncora, e do seu atual presidente, José Augusto da Silva Brito Meira, nomes que não mera coincidência.

Não deixamos de terminar esta nossa intervenção sem nos referirmos ao Vice-Almirante Ramos Pereira, para sempre lembrado por todos como o Contra-Almirante, prestando tributo à sua vida e obra, na proximidade das datas do seu nascimento e morte. Para muitos ficará na memória pela sua generosidade, uma característica de família já reconhecida no seu pai, o dr. Inocêncio Ramos Pereira, e no seu avô, José Bento Ramos Pereira, doador da escola de Riba de Âncora. Para outros sobreviverá, seguramente, para sempre, a sua capacidade de iniciativa na criação da fundação que garantiu o estudo a muitos munícipes de Caminha,



Assembleia Municipal de Caminha

principalmente Ancorenses, e para outros será lembrado como mestre, pedagogo e reformista, particularmente na telegrafia sem fios e na Escola de Mecânicos da Marinha. Mas nem todos o associam à luta antifascista, e à coragem que se lhe reconhece na candidatura pela oposição ao regime, e no facto do seu nome ter mesmo sido apontado como possível Ministro num governo de alternativa democrática em Portugal.

Jorge Maia Ramos Pereira não viria a viver o Portugal democrático que sonhou, tendo falecido a 16 de Março de 1974, praticamente um mês antes do 25 de Abril que viria a ditar o fim da ditadura em Portugal.

A CDU entende que o seu nome é uma referência de cidadania, de emancipação e de valorização do ensino e formação, estranhando-se que o seu nome não esteja associado a uma escola no nosso concelho. Tentamos, com proposta no passado, que a EB de Vila Praia de Âncora recebesse o seu nome, o que teria sido interessante em 2001, já que se comemorava o centenário do seu nascimento, mas sem sucesso, não havendo nenhuma sala sequer com referência à sua existência. Posteriormente, aquando das obras na praça da República em Vila Praia de Âncora, o saudoso largo, foi-lhe retirada centralidade, quase que o afastando para ir saindo discretamente. Hoje a liderança no município é outra, a conjuntura e as competências municipais também são diferentes, e a apresentação das bandas na festa da Sra. da Bonança é claramente insuficiente na homenagem à sua obra.

Deixamos estas notas para reflexão e, apesar da Câmara Municipal tão pouco lembrar a data do seu nascimento, a 6 de abril, e da sua morte, a 16 de março, estamos certos que não contribuirá, conscientemente, para apagar o nome do Almirante, em cuja antiga casa de família, junto à bica, ainda hoje se recorda de memória, de tantas vezes lá ir, as quadras:

As águas desta biquinha
São sobras do meu quintal
Enche nela a canteirinha
Que ninguém te leva a mal



Assembleia Municipal de Caminha

Mas se fizeres barulheira
Entre nós assente fica
Mando fechar a torneira
E adeusinho água da bica.”

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que o Senhor Deputado Rui Taxa os brindou mais uma vez com um momento da mais fina retórica, a qual já estão habituados, isto a propósito da intervenção sobre o Continente, porque este é o pai e a mãe de todos os males que se passam em Vila Praia de Âncora. Disse o Senhor Deputado que o Senhor Deputado Rui Taxa sabe que aberturas e encerramentos de estabelecimentos é um fenómeno que desde há muitos anos se repetem periodicamente, e todos sabem que isto foi sempre assim no nosso Concelho, mas, vir atribuir o encerramento dos estabelecimentos que nomeou ao Continente de Vila Praia de Âncora, é pura retórica. Disse o Senhor Deputado Manuel Falcão que aquilo que ele acha sobre o encerramento dos estabelecimentos, possivelmente terá a ver com o ataque que o governo do PSD fez ao longo de quatro anos às pessoas. E perguntou o Senhor Deputado Manuel Falcão, se o Senhor Deputado Rui Taxa sabe quantos pequenos e médios estabelecimentos encerraram em Portugal durante os quatro anos que o PSD esteve no governo? Encerraram mais de cem mil estabelecimentos, portanto, só pode atribuir este fenómeno ao governo que o Senhor Deputado apoiou, que foi o governo do PSD. Refere ainda o Senhor Deputado Manuel Falcão que o Senhor Deputado Rui Taxa utiliza a retórica no sentido de ocultar aquilo que acontece, e curiosamente o Senhor Deputado menciona os estabelecimentos que fecharam, esquecendo-se de referir aqueles que abriram, por exemplo em redor do Continente, mas, isto sempre foi assim no Concelho de Caminha, nas mais variadas freguesias e por todo o país sucede este fenómeno, logo, a análise que o do Senhor Deputado Rui Taxa fez é de pura retórica. O Senhor Deputado Manuel Falcão também sugeriu ao Senhor Deputado Rui Taxa para que questione a



Assembleia Municipal de Caminha

população de Vila Praia de Âncora se estão satisfeitas ou não com a abertura de área comercial, e dessas pessoas achará toda a verdade, e sem retórica.

Por fim o Senhor Deputado Manuel Falcão dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, e perguntou-lhe, após obras realizadas, como a Ecovia de Seixas, Lanhelas, está em falta um pequeno troço, e considerando que se prende com algumas dificuldades que estão a ser criadas com um particular, perguntou então ao Senhor Presidente se existe alguma esperança/desenvolvimento na resolução de esse problema.

O **Senhor Deputado Rui Lages** saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que não tinha coordenado a sua intervenção com a o Senhor Deputado Manuel Falcão, mas pelos vistos estão em sintonia, aliás como é hábito no PS têm uma só voz, um só pensamento, uma só estratégia, e dirigindo-se ao Senhor Deputado Rui Taxa, disse-lhe que foi bom ter elencado ali os estabelecimento comerciais que encerraram em Vila Praia de Âncora, e que mais uma vez, vai-lhe dizer o porquê do encerramento desses estabelecimentos, e disse o Senhor Deputado Rui Lages que o encerramento destes estabelecimentos comerciais deveu-se à política recessiva de estrangulamento, da asfixia das famílias e empresas e estas medidas recessivas foram implementadas pelo governo PPD/PSD/CDS/PP, aquele mesmo governo que o Senhor Deputado apoiou, essas políticas prosseguidas pelo primeiro ministro então Dr.º Passos Coelho criaram tal asfixia que aquelas empresas com menor suporte económico foram esforçadas a encerrar, portanto, Senhor Deputado não faça como pilatos, assuma a responsabilidade do seu partido e deixemos de uma vez por todas com politiquices, demagogias, e palavras fáceis, porque, este tipo de intervenções não dignificam esta Assembleia, não dignificam a democracia.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, disse que pelo período antes da ordem dia o qual foi bastante calmo pensou em não intervir, apesar de ficarem registados todos os contributos e até alguns bastante válidos, mas o Senhor Deputado Manuel Falcão acabou por o chamar a intervir e disse o Senhor Presidente que já foi possível inaugurar a Ecovia no troço de Lanhelas que é uma Ecovia que não existe apenas pela sua utilidade, mas, com o contributo financeiro e o ponto de vista estrutural da parte da Junta de Freguesia de Lanhelas, por esta contribuir para o arranjo da beirada do rio; esta é uma obra que beneficia a freguesia de Lanhelas de uma forma clara, mas, também o Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que esta Ecovia tem uma particular importância porque a partir do momento que seja feita a ligação do troço, que são uns 600 metros, que estão em falta entre Lanhelas e o Concelho de Vila Nova de Cerveira, esta Ecovia irá ganhar uma dimensão muito maior do que aquela que está no próprio território.

Quanto ao troço que falta fazer entre Seixas e Lanhelas junto à Estação de Comboios de Lanhelas, disse o Senhor Presidente que esta Ecovia tem alguns problemas técnicos os quais vão ter que ser superados, existia uma ideia do anterior executivo em fazer passar esse troço em falta pelo interior da Freguesia de Lanhelas, junto à sua Escola Primária, o que obrigaria a atravessar a estrada nacional, no entanto para o executivo atual essa não é uma boa solução, seria um percurso mais junto ao Rio ou pelo menos nos terrenos mais a poente da linha de caminho de ferro, mas, não se tem a autorização de um proprietário que possui ali um terreno bastante grande, o qual abrange toda uma área que vai desde a estrada nacional até à margem do rio, portanto, está-se a estudar uma outra solução a qual vai passar em uma parte pela cedência de uma parcela de terreno por parte desse proprietário o qual já tem dialogado com a Câmara, mais precisamente aonde hoje se encontra parada a Ecovia, a qual está a espera de essa formalização, a qual vai atravessar junta à estrada nacional até uma casa que



Assembleia Municipal de Caminha

era da antiga Junta Autónoma de Estradas, portanto, para o troço em falta terá de encontrar uma nova solução a qual está em análise e passa por se fazer um troço de Ecovia mais informal, um pouco como existe nos espaços urbanos, que possa estar encostada aos próprios muros da Quinta da Torre, atravessando posteriormente até à Ecovia, porque não se tem muitas alternativas como se pode verificar, entretanto, aguarda-se financiamento através dos fundos comunitários para se poder avançar com a obra.

Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara Municipal de Caminha, candidatou-se através da Polis há cerca de duas semanas ao troço de Ecovia que está em falta desde St.º Isidoro até ao início das Camboas e também ao troço de Ecovia que vai desde o final do Parque Ramos Pereira até à Gelfa, trata-se de uma candidatura elaborada dentro dos orçamentos existentes e existe a esperança por parte deste executivo que possa ser aprovada para se poder dar início às obras, o que vem mais uma vez qualificar todo o espaço urbano pois é uma aposta forte por parte da Câmara Municipal.

Por fim o Senhor Presidente saudou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e todos os técnicos que a partir da Câmara Municipal e com àqueles que fazem a intermediação na Assembleia Municipal e todas as entidades que estão na rede social que hoje tornaram possível um mês que está a terminar, mas, que é um mês que nunca termina de alerta para todas estas questões ligadas à prevenção, contra os maus tratos infantis, pensa o Senhor Presidente que a iniciativa deste ano, reforça mais uma vez a participação da população e das entidades, qualificando aqueles que nela trabalharam.

Quanto aos contratos de Associação disse ainda o Senhor Presidente, que a questão do financiamento por parte do Ministério da Educação dos contratos de Associação e do conjunto de alunos e de turmas que poderão cair no raio de financiamento pelo estatuto de ensino privado e cooperativo, mas, a questão em particular da Ancorensis, Cooperativa de Ensino, a qual é uma escola que tem vindo ao longo de estes anos qualificar o ensino no nosso Concelho, portanto, esta é uma questão que tem preocupado o executivo. Disse ainda o Senhor Presidente



Assembleia Municipal de Caminha

que reuniu com a direção da Ancorensis e já teve a oportunidade de intervir junto do Ministério da Educação para tentar compreender o seu ponto de vista sobre esta questão abstrata que é imposta ao país, e principalmente ao nosso território. Disse o Senhor Presidente que do Ministério da Educação obteve esclarecimentos que considera pertinentes relativamente à aplicação dos normativos em vigor, e também teve uma nota de cuidado especial e de conhecimento profundo da situação do Concelho de Caminha, o que é não é alheio ao Senhor Ministro de Educação, ao conhecer bem o nosso Concelho e ao conhecer bem o impacto que uma decisão mais agressiva da aplicação dos normativos poderia ter na Ancorensis e no tecido urbano de Vila Praia de Âncora, o qual registou a preocupação do Município de Caminha porque se tem que encontrar soluções, apesar de perceber o Senhor Presidente da Câmara que no Ministério da Educação existe a vontade de procurar essas soluções. Disse o Senhor Presidente que ainda hoje tinha recebido um telefonema da parte do Ministério da Educação a transmitir-lhe aquilo que já fez chegar à direção da Ancorensis e que dá nota nesta Assembleia, e disse que já está agendada uma reunião para o dia 5 de maio às 10 horas da manhã no Ministério da Educação, a qual terá a presença dos representantes da Ancorensis e a do Senhor Presidente, onde serão debatidas as questões globais destes normativos e a questão em especial do Concelho de Caminha, e aquilo que o Senhor Presidente diz é que após a aprovação por unanimidade da Moção apresentada, a qual deixa bem clara a posição do Município, e que podem contar com o seu total empenho para que a aplicação dos novos normativos não venham prejudicar a continuidade do ensino da Ancorensis em Vila Praia de Âncora, e tem esperança para que seja bem compreendida a excecionalidade da questão da Ancorensis e que fique compreendido que aqui existe uma simbiose entre a oferta publica e a oferta cooperativa, repetindo o Senhor Presidente que poderão contar os Senhores Deputados não só com o cumprimento da Moção, das suas recomendações, dos seus anseios, mas também no combate pela Ancorensis, pelos postos de trabalho e pelo ensino de qualidade, e que serão colocadas todas as hipóteses em cima da mesa de forma a



Assembleia Municipal de Caminha

salvaguardar a qualidade do ensino e a manutenção desses postos de trabalho. Disse ainda o Senhor Presidente que nos últimos anos a Ancorensis foi vítima de uma grande sangria no seu quadro de pessoal, perdendo-se muita gente por causa de um reajustamento que a Ancorensis teve que fazer, e o Senhor Presidente nunca se irá esquecer dessa centena de pessoas que perderam o seu posto de trabalho nestes últimos anos, mas, agora está convencido que com uma ação forte, pertinente e uma ação que faça denotar o papel e a vontade de Caminha junto da Administração Central que se possa encontrar resultados, sendo essa a sua esperança.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, fez um pequeno intervalo para se passar à ordem do dia.

3.º– PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, quanto à informação financeira, disse que queria ressaltar que à data de 14 de abril de 2016, existe em caixa 83.385,51€ o que significa que os acontecimentos que deveriam ter lugar na altura de Verão poderão estar em perigo, e estando-se com uma dívida atual de 3.448.875,85€, e considerando que não estão aqui todas as faturas, e que se se tiver em conta as águas que são 2.5 milhões e a Suma 1 milhão, e que tudo isto somado dará uma dívida de 7 milhões, e não estando a referir as Piscinas, que esta situação começa a ser preocupante.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse o seguinte:

“A bancada do partido socialista, reconhece perante esta assembleia o trabalho de excelência, rigor, e criação de valor que estão a desenvolver em prol do concelho



Assembleia Municipal de Caminha

de Caminha, fruto de um trabalho conjunto com as pessoas e para as pessoas, numa permanente articulação e diálogo com as juntas de freguesia e também com todos os agentes sociais e empresariais deste município.

O documento com a informação escrita do Sr. Presidente elucida sobre o muito que se tem feito, mas numa análise mais atenta percebe-se bem as várias dimensões de importância de cada ação realizada.

A gestão do município de Caminha a nível financeiro é digna de realce. Regista-se a elevada taxa de execução da despesa que se situa nos 87%, sendo esta a maior taxa de execução da última década.

Senhores e Senhoras membros desta assembleia:

Temos assistido a uma transformação para mais e melhor no Concelho de Caminha, quer através de investimentos já realizados, mas também de investimento que estão a ser projetados nas várias freguesias, uns por ação direta da Câmara Municipal e outros por uma ação indireta em articulação e apoio, desta câmara, nas mais diversas obras que se realizam nas Juntas de Freguesia.

É notório o investimento que está a ser feito, é muito significativo o trabalho que os vários pelouros fazem no domínio da atração e captação de investimentos através da cultura, de infraestruturas, de realização de eventos, atraindo mais pessoas, mais empresas a investir e a criar uma dinâmica económica que melhora a vida das pessoas.

Vou referir alguns aspetos que considero de importância a nível de investimento e também de captação de investimentos.

- Os 2 troços, em Lanhelas e Seixas da ecovia do rio Minho Co financiada em 85% pelo o ON.2. um investimento em 434, 607.26 euros.
- A colocação de vários pontos de luz em várias freguesias do concelho que envolveu um investimento de 9500 euros.
- A iluminação pública na zona envolvente da Capela de Sto. Isidoro orçada em 3.700 euros.
- O investimento no Município de Caminha protagonizado pela EDP Gás Distribuição para infraestruturas de distribuição de gás natural, que se traduz num



Assembleia Municipal de Caminha

investimento de 3,23 milhões de euros. Um investimento estrutural que assume uma importância enorme no concelho e na sua população.

- A construção do campo de futebol do Estádio Ilídio Couto - uma obra 650 mil euros - em Lanhelas recentemente inaugurado pelo Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

Acresce aos investimentos já realizados as perspectivas de novos empreendimentos dentre as quais se destaca a candidatura no valor de meio milhão de euros que está a ser preparada para a valorização da Serra D'Arga, com o objetivo de atrair mais visitantes para que possam usufruir de todos os recursos naturais de uma forma interativa, pedagógica.

Em face deste quadro que globalmente é positivo gostaria que o Senhor Presidente nos deixasse alguma informação sobre outros projetos e perspectivas futuras.

- a) Que pode dizer sobre a dinamização do turismo e lazer no nosso concelho?
- b) Que pode dizer sobre futuros investimentos?

Espero que a Câmara Municipal continue nesta senda. Congratulo-me em nome da bancada socialista com as obras e outras realizações. Continuem com ânimo e determinação a lutar pelo progresso do nosso concelho."

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que vai dar uma pequena nota em relação ao solicitado pelo Senhor Deputado Hugo Martins sobre aquilo que está previsto e como é natural o executivo revê-se naquilo que o Senhor Deputado transmitiu referindo também o Senhor Presidente que ao longo deste ano tem havido uma dinâmica de investimento que já vinha do ano anterior, onde se vai poder verificar já no próximo ponto das contas e aonde se vai tornar muito evidente a aposta que se fez investimento num período muito difícil, não se castigando os municípios com o aumento de impostos, e fez-se um investimento como não havia nos últimos cinco anos, referindo o Senhor Presidente em abono da verdade que não prevê o executivo que em este ano de 2016 faça um investimento ao nível daquilo que aconteceu no ano de 2015, e isto porquê, porque o investimento em todos os Municípios é alavancado pelos Fundos Comunitários e como exemplo o



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente disse que uma obra que é financiada em 75% ou 85% se não existir esse apoio, também não será possível se avançar com as obras com valores de 500 mil euros ou outros superiores, e dessa perspetiva o Quadro Portugal 20/20 teve alguns problemas de implementação e ainda hoje não há candidaturas aprovadas no âmbito do novo Quadro Comunitário e aquelas obras que a Câmara Municipal conseguiu fazer ao longo destes últimos dois anos e meio, foi, porque apostou muito nos últimos recursos do anterior Quadro do QREN ao ter a capacidade de exigir junto da administração central esse investimento, logo, foi isso que tornou possível que se pode-se avançar com tantas obras como o Campo de Futebol Ilídio Couto em Lanhelas, as Ecovias as quais são obras financiadas pelo anterior Quadro Comunitário, portanto, está fácil de perceber o porquê de hoje não haver aprovação de candidaturas, e isso, não acontece só para Caminha, acontece em todo o país, apenas existem aprovação de candidaturas a nível das empresas e esse tem sido um esforço bastante grande já por este Governo que colocou muitos milhões na economia atingindo o patamar que queria e que foi lançado pelo Primeiro Ministro António Costa, portanto, se não existem ainda hoje candidaturas aprovadas, e como todos sabem só depois de aprovadas é que se vai abrir o concurso de empreitada e todos os outros passos que se terá por passar, julga o Senhor Presidente que dentro dos próximos tempos em termos de obra edificada será muito complicado faze-lo para todos os Municípios, como tem referido a Associação Nacional de Municípios. Disse o Senhor Presidente que tem algumas candidaturas que o executivo gostava de avançar como por exemplo a valorização da Serra D'Arga, não sendo aquela que o Senhor Vice-Presidente teve a oportunidade de apresentar na reunião descentralizada Serra D'Arga que se trata de uma candidatura dos baldios, que teve o apoio da Câmara Municipal no valor de meio milhão de euros, mas uma outra para valorização do património natural, esta é uma candidatura que vai identificar a mais valia da flora, caminhos, tradições e tudo aquilo que existe em termos de património mais natural na Serra D'Arga, trata-se de uma candidatura que está ser feita em parceria com outros dois municípios, Ponte de Lima e Viana do Castelo; existem também as candidaturas às



Assembleia Municipal de Caminha

Ecovias que referiu anteriormente, e também se está a preparar uma candidatura com a Direção Regional do Norte da Cultura, a qual vai permitir fazer obra junto ao Dólmen da Barrosa, obra essa que vai criar a porta de entrada de todo o Distrito de um roteiro de megalitismo junto do Dólmen da Barrosa, disse ainda o Senhor Presidente que Caminha ficou sede dessa porta do megalitismo, esse investimento será feito ao lado daquilo que é o investimento do Orçamento Participativo e do investimento que se terá de fazer antes para se pagar aos proprietários do Dólmen da Barrosa, porque não se poderá avançar com qualquer obra sem primeiro se pagar a esses proprietários que são 260 mil euros que ficaram por pagar do anterior executivo. Disse ainda o Senhor Presidente que se tem as candidaturas no âmbito do POSEUR, são candidaturas no âmbito do saneamento, como todos sabem existem projetos de execução aprovados como o saneamento em Argela, Vilar de Mouros e Âncora, e aquilo que já foi transmitido para estes três projetos, que o Município de Caminha terá direito a 3 milhões de euros e que desse valor 1.5 milhões de euros terá que ser para o saneamento e o restante terá de ser candidatado a nível de candidaturas de águas pluviais ou remodelação da rede pública de águas, logo, está-se a articular porque as três candidaturas são um pouco superiores ao financiamento que se tem, e terá que se fazer opções e estas serão debatidas com as respetivas juntas de freguesia.

Por fim disse o Senhor Presidente que para breve existe também uma candidatura bastante importante para o Concelho de Caminha, que está relacionada com a Escola Sidónio Pais, como todos sabem esta escola esteve preparada para ser candidatada no âmbito do parque escolar de um governo socialista, mas, entretanto, o governo do PSD suspendeu a execução do parque escolar e aquela que era a quarta fase do parque escolar que previa obras de modernização na escola ficaram suspensas, mas, agora foi lançado pelo Ministério da Educação um projeto que visa que se pode requalificar e modernizar as escolas, e como referiu o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro que desde 2011 até 2014 perdeu-se uma imensidão de população escolar e parte disso tem a ver com a incapacidade que a escola secundária tem, apesar do bom trabalho dos professores e dos bons



Assembleia Municipal de Caminha

resultados escolares, não conseguem fixar em áreas e em zonas aonde é imbatível concorrer com outras escolas de Viana do Castelo, portanto, tem que se fazer um esforço de qualificação da escola, e concordando com o Senhor Deputado ajuda-se desta forma a aguentar as nossas famílias e população, e aquilo que o executivo fez, foi no âmbito da CIM, candidatou-se para conseguir um financiamento na ordem dos 3 milhões de euros, o que fez que Caminha ficasse em segundo lugar de todos os Concelhos que se percutiram por esse financiamento; este é um projeto que está a ser preparado por um professor que inclusive é professor na escola, o qual tem a capacidade de perceber melhor de que modo é que a escola pode ser modernizada. Disse o Senhor Presidente que este projeto já foi apresentado junto da DGEST, o qual foi muito bem-recebido de acordo com aquilo que foi transmitido no Conselho Geral que aconteceu há dias, inclusive este é um projeto que está a servir de modelo para todos os projetos relativamente à modernização de escolas, o que poderá permitir que se possa candidatar esta obra até ao fim deste ciclo que termina em junho, a qual é importante para o Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que existem mais duas obras que não tem a ver com financiamento como o Mercado de Caminha que está a ser trabalhado pela Escola Gallaecia, e a obra do Nó da Erva Verde que já se está na fase final do projeto, que é uma obra bastante cara porque não se vai ver, uma vez que é uma obra infraestrutural que passa por baixo do local em causa.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Secretario da Junta de Vila Praia de Âncora, relativamente ao abatimento da zona fronteira junto ao Continente, como o Senhor sabe ouve uma pressão por parte de todos os agentes para que a obra fosse feita para não estarem esventrados os caminhos como aqui foi referido em relação a outras obras e isso como é natural fez que a obra não tivesse a consolidação suficiente e abateu, mas, o empreiteiro responsável pela obra disse que ao mesmo tempo que se faça a obra na rotunda da Cruz Velha, onde vai colocar a rotunda no eixo da via, será então intervencionada essa obra, que será já iniciada na próxima terça-feira, e da parte do executivo tem todo o interesse que essa obra seja concluída.



Assembleia Municipal de Caminha

Em relação ao Gás Natural disse o Senhor Presidente que esta obra está a ser acompanhada, e pensa que antes do Verão ficará concluída a saída do veio do gás natural da freguesia e ficará à entrada da Freguesia de Moledo na meia légua.

b) – Aprovação da Ata da Sessão ordinária de 19 de fevereiro 2016

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 19 de fevereiro 2016**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções por não terem estado presentes.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 34 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

c) – Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de abril de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea l) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os



Assembleia Municipal de Caminha

documentos de prestação de contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprecie e aprove o “Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, apresentou o seguinte requerimento:

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Caminha,

Na qualidade de Deputado Municipal da Bancada do PSD da Assembleia Municipal de Caminha, solicito a V.Exa, a retirada da ordem de trabalhos, do ponto: Alínea c)- Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015, com os seguintes fundamentos:

Considerando que no documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015, no seu ponto 1- Balanço POCAL 5, se encontra registado um acordo de pagamento entre o Município de Caminha e a empresa SUMA;

Considerando que não tivemos qualquer conhecimento sobre o teor do referido acordo;

Considerando ainda que o referido acordo não foi objeto de apreciação e deliberação da Câmara Municipal;

Considerando que o Sr. Presidente, face á Lei, não está mandatado para assinar acordos que envolvam compromissos financeiros e muito menos se forem plurianuais, sem a aprovação dos respetivos órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal;

Por não ter sido aprovado nos órgãos competentes e, portanto, ser manifestamente ilegal considerá-lo no documento em apreço, os deputados do PSD vêm requerer que V. Exa. se digne retirar da ordem de trabalhos a alínea c), do ponto n.º 3 referente ao Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015.”

O **Senhor Presidente da Mesa**, colocou para votação a aceitação do requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Rui Taxa.

Após votação o requerimento apresentado foi rejeitado, por 18 votos contra, 17 votos a favor e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida os Senhores representantes de bancada fizeram as seguintes declarações de voto:

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, disse que entendem que a gestão financeira pertence à Câmara Municipal, no obstante a Assembleia tem a responsabilidade de fiscalizar essa atuação, logo, por força dessa competência da Câmara Municipal a bancada do PS entende que o requerimento apresentado não faz sentido, e mesmo na perspetiva do Senhor Deputado o requerimento não está fundamentado legalmente, não está invocada a sua violação de lei, logo, em face dessa competência da Câmara Municipal entendem que é um requerimento dilatório que não vai conduzir absolutamente a nada.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que por questão de principio e como se está numa casa da democracia, onde se deve discutir todos os requerimentos que são apresentados à mesa, pelo que, desta forma perdeu-se a possibilidade de ter sido esclarecida ou não a situação que eventualmente estaria a ser violada, onde se ficou no desconhecimento por a maioria ter decidido não admitir o requerimento.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse que votou favoravelmente este requerimento porque é da opinião que tudo que é apresentado à mesa deve ser discutido, seja o documento que for, uma vez que a discursão faz parte da democracia, e lamenta profundamente que este órgão se tenha recusado através de voto a não discutir o requerimento apresentado.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa**, colocou a discussão a proposta apresentada.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores



Assembleia Municipal de Caminha

Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a Comunicação Social, e disse que:

“Os deputados do Partido Social Democrata nesta Assembleia, foram confrontados com um documento - as contas do ano de 2015 - que é tudo menos aquilo que lhes foi prometido vir a acontecer, com a garantia de que o executivo do Partido Socialista na Câmara Municipal de Caminha, iria fazer mais e melhor e com menos! A forma convicta como este executivo defendeu os Planos de Atividades e Orçamentos do ano de 2014, 2015 e agora até ao de 2016, com o apoio de uma equipa de auditores externos que previamente avaliaram a situação financeira à data de outubro de 2013, foi terreno fértil para as palavras do seu Presidente, aparentemente apoiado em dados credíveis, de que a sua gestão seria um sucesso à partida!

Concluído que foi o 2º ano completo da sua gestão, os números apresentados pela sua extensa equipa de gestores e auditores externos, leva-nos a concluir que para obter um prejuízo de 1,7 milhões em 2014 e 1,4 milhões em 2015, muito mal estavam os vossos cálculos orçamentais e muito mal estavam os vossos planos de atividades.

Com frases feitas, decoraram os planos de atividades de 2014 e 2015, prometeram aos Caminhenses tudo a mais, mas logo começou a ficar tudo a menos, menos feira medieval, menos festa da sardinha, menos pagamentos a fornecedores, a mais só ficaram as situações que envolvem direta ou indiretamente a imagem do Senhor Presidente, em detrimento da imagem valiosíssima do nosso concelho.

As dívidas aumentaram face à má contabilização que fez de rubricas e de ter gasto mais e recebido menos por via da sua gestão eleitoralista. Podemos concluir que se em 2014 descemos ao purgatório, em 2015 chegamos ao inferno financeiro!

A Câmara Municipal de Caminha, encerrou as contas do ano de 2014 com um prejuízo de 1,7 milhões de euros e no ano de 2015 volta a encerrar com um prejuízo de 1,4 milhões de euros. Com estes resultados será porventura a pior Câmara do Distrito e uma das piores do País. É caso para dizermos que se em 2014 a Câmara Municipal de Caminha passou a estado febril, em 2015, apanhou



Assembleia Municipal de Caminha

com certeza uma pneumonia, pois o prejuízo de 1,7 + 1,4 dá qualquer coisa como 3,1 milhões de euros!

É fácil perceber onde se refletiu esse prejuízo.... deixou de haver receitas para tantas despesas...e a muito custo todos ficamos a saber que em menos de dois anos este executivo acumulou dívidas à empresa das águas em cerca de 2,5 milhões de euros, que com juros ascendeu a cerca de 3 milhões, à Suma também acumulou uma dívida de cerca de 1,1 milhões, e termina o ano de 2015 com a brutal dimensão destes números aumentando o passivo em cerca de 3.308.533.35 euros.

Seria bom que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, reconhecesse o falhanço da sua política financeira pois quando afirmava que os seus planos de atividades e orçamento iam libertar dinheiro para as famílias e para as empresas, Vexa sabia que nos estava a enganar, pois o que estava afinal a dizer é que iria receber a água dos munícipes desde Março de 2014 até Novembro de 2015 e não iria pagar um euro das faturas mensais, acumulando uma dívida, só aquela empresa de 2,5 milhões, apesar do dinheiro recebido dos munícipes!

O documento de contas do ano de 2015 é a prova de uma governação falhada já que nos orçamentos aprovados pela maioria do Partido Socialista, defendidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, como realistas, são afinal um buraco financeiro de dimensões brutais e que poderão ainda ser muito mais se uma nova auditoria externa for avaliar a forma como vexas lançam e retiram faturas da contabilidade.

"E porque é importante falar com seriedade, pedimos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, nos diga se sabe, se todas as faturas das águas e da suma estão refletidas na contabilidade de 2015? É que da informação financeira prestada, já verificamos que parte das faturas da Suma de 2015 estão contabilizadas só em 2016, o que mostra que mais uma vez este documento não reflete a realidade das contas do município em 2015, mas é sim, um instrumento ajustado a cintura do Senhor Presidente.



Assembleia Municipal de Caminha

A bancada do Partido Social Democrata, está preocupada com a contrainformação do Município e elaboramos por isso um quadro que recolhe dados da página 48 e da folha de balanço (sem número) sobre o montante das dívidas do Município em 31.12.2015. A nossa pergunta é óbvia: "como é possível que somando os valores que constam do vosso mapa de balanço temos uma dívida de 20.634.834,00 euros e afinal noutra página dizem que a dívida em 31.12.2015 é de 19.253.988,00 euros?"

Para memória futura importa alertar sobre os métodos propagandistas do relatório anexo às contas de 2015. Verifiquem o texto a pág. 32. Dizem candidamente que "No resultado líquido do exercício verificou-se uma melhoria de 269.573,00 euros, face ao verificado no ano anterior" como se a enorme dimensão dos prejuízos de 1,4 milhões acumulado aos 1,7 milhões de 2014 não merecessem mais explicações, mais diagnósticos e mais formas de o evitar no futuro.

Da mesma forma que ao ler o texto da pág. 33 verificamos que os aumentos das dívidas de MLP, de 11.973.104,03 euros em 2014 para 14.434.710,37 euros em 2015, deveriam merecer uma grande reflexão, da parte de vexas, mas apenas se preocuparam em esconder a realidade e dizerem que são na sua maioria dívidas à banca quando à banca, e pelos mapas dos empréstimos, é uma minoria e não uma maioria!

No nosso entender, esta afirmação, só serve para esconder o aumento da dívida à empresa das Águas e à empresa da Suma, em cerca de 4 milhões de euros.

Ao analisarmos o mapa de controlo orçamental da receita, é referido como receita, a utilização do empréstimo de curto prazo no montante de 266.164.90 euros. Na análise que foi feita ao mapa de controlo orçamental da despesa, não verificamos nenhuma rubrica que releve o pagamento de qualquer empréstimo de curto prazo! Isto mostra que O PA de 2015 estava errado, não previa o pagamento, e tiveram de lançar o reembolso num bolo das rubricas de MLP!

Como é que se coloca numa rubrica de receita de curto prazo e depois dizemos que vamos pagar a médio longo prazo, isto não é possível. Não é legalmente, nem contabilisticamente possível. Desejamos sinceramente que a Inspeção-geral de



Assembleia Municipal de Caminha

Finanças apure o modo como estes procedimentos foram efetuados, e porque também não conseguimos ver em que rubricas orçamentais estão lançadas a maioria das amortizações dos empréstimos!

Os efeitos da gestão e de todas as decisões socialistas estão à vista de todos... No ano da sua inteira responsabilidade apresenta 1.4 milhões de prejuízo.”

O Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Vila Praia Âncora, Luis Matias, disse o seguinte:

“Como é do conhecimento geral, a Junta de Freguesia de Vila Praia de Ancora desde o inicio do seu mandato pautou-se sempre pela transparência, honestidade e pela verdade de tudo e sobretudo o que envolve a nossa Freguesia. Nunca necessitamos nem nos aproveitamos das obras ou ideias alheias para beneficio próprio.

Neste sentido, e após leitura do Relatório de Atividades do ano de 2015 do Município de Caminha, que é parte integrante do relatório de prestação de contas apresentado nesta Assembleia Municipal, temos a referir, com algum desalento que o nome da nossa Junta de Freguesia não consta, no dito relatório, como parceiro, em atividades organizadas em conjunto com o Município.

Não sabemos se intencionalmente ou se por esquecimento, mas interessa-nos a nós, Junta de Freguesia, informar todos as Munícipes principalmente os Ancorenses que esta Junta de Freguesia participou ativamente, com o Movimento de Empresários do Concelho de Caminha e a Camara Municipal, na parte organizativa e financeira do Evento da "Maior mesa de Pascoa"

ou mesmo informamos que o Evento "Vila Praia em Flor", organizado pelo Município e por esta Junta de Freguesia, apenas tem o seu êxito com a colaboração de um grupo de pessoas que se dedicam de corpo e alma durante meses com sacrifícios e vontade para que a Vila que tanto amam se vista de flores para a sua população e para que quem nos visita tenha vontade de cá voltar. Como neste relatório estas pessoas foram também esquecidas, mas sempre por nós lembradas, vem esta Junta de Freguesia prestar a sua homenagem e



Assembleia Municipal de Caminha

agradecimento a todos que nela direta ou indiretamente estiveram ligados. Falo do "Grupo dos Amigos das Maias" a eles o nosso muito obrigado!

Queremos desta forma, repor a verdade e que todos saibam que o Executivo desta Junta de Freguesia trabalha com afinco em prol da sua população e esta atento ao interesse e importância que estes eventos trazem para a economia local em termos de visitantes que nestes dias nos visitam.

Sabemos e entendemos, que sendo este Relatório das Atividades do Município, se divulguem todas as atividades por ele realizadas, mas por uma questão de justiça e de união entre o Município e as Freguesias, todos estes eventos sejam eles em que Freguesia se realizam, tem sempre uma colaboração direta ou indireta da Freguesia onde se realizam.

Para que esses eventos ou festas sejam possíveis e a imagem das Freguesias e do próprio Município para quem nos visita seja limpa e agradável, existe um esforço de ambas as partes para que esse evento se concretize com sucesso."

O Senhor Deputado Rui Taxa, disse o seguinte:

"Gostava de começar a minha análise do documento de prestação de contas 2015, dizendo claramente que é com profunda preocupação, que tomo conhecimento do prejuízo brutal das contas de 2015 de 1,4 milhões de euros, pois fiz parte dos que acreditei, que o que tinha sucedido em 2014, primeiro ano completo de gestão deste executivo, causador de um prejuízo de 1,7 milhões, tivesse sido apenas pela sua inexperiência governativa, pois nunca ocuparam cargos idênticos em camaras ou juntas de freguesia.

E em minha opinião importante recordar nesta Assembleia que o executivo PSD iniciou também as funções em 2002, mas num período particularmente difícil pois foi exatamente no primeiro ano da entrada vigor do POCAL, e os serviços não tinham qualquer experiência na área de contabilidade autárquica, pelo que foi necessário contratar pessoal externo para estruturar toda a contabilidade de forma a elaborar listagem de débitos, de créditos, de equipamentos, de imóveis, de viaturas, que permitissem, a partir desse ano de 2002, apresentar as contas do



Assembleia Municipal de Caminha

município em duas perspetivas: A patrimonial, com base nas contas do POCAL e a orçamental, com base nos orçamentos e planos de atividades.

Desde 2002 que todos nós temos sentido dificuldade em analisar as contas do exercício de uma autarquia porque na verdade, cada mais complexas do que as de uma empresa privada, já que, a que são gastos do exercício na ótica da execução orçamental, ora tais gastos, na ótica do POCAL ou da contabilidade patrimonial, dão origem a contas de exploração, a mapas de balanço, a agrupamento das dívidas, sejam de clientes ou de fornecedores, em dívidas de ou/a curto e media longo prazo. Etc. etc

Mas não podemos confundir dificuldade de análise, com poeira...como tem sido a pratica dos vereadores do Partido Socialista, mudando de opinião quando estão no poder, daquilo que era a sua versão quando estavam na oposição!

Na oposição os documentos de prestação de contas eram alvo de todas as criticas, mas agora que estão no poder, são os melhores documentos do mundo!

Na oposição, não aceitariam lançamentos sem haver aprovação em plano de atividades, mas no poder aceitam que a obra das piscinas concluída em 2010 seja contabilizada em 2013, votando a favor de tamanha ilegalidade orçamental!

Na oposição o PS não aceitaria prejuízos brutais, votariam contra, mas no poder os vereadores votam a favor dos prejuízos, só porque as dificuldades são do seu próprio executivo!

Na oposição, dívidas são, aquelas que se extraem da análise do Balanço..., mas no poder ate conseguem dizer no documento que afinal as dívidas são menos do que as que estão relevadas no mapa de balanço...coisa estranha!

E caso para dizer que com estes executivos socialistas podemos esperar documentos de prestação de contas que são tudo menos a análise com coerência politica, porque ate a redução do prejuízo de 2015 face a 2014 é considerado uma melhoria!

Com este executivo ...Caminha, caminha entre a ilusão e a desilusão!



Assembleia Municipal de Caminha

Com este executivo...as obras planeadas anteriormente eram todas, mas, e por isso votavam contra os planos de atividade, mas as que foram herdadas e executadas por eles, já catapultam Caminha!

Com este executivo, as dívidas aumentam...e contrariam fazer o mais e melhor tão propalado, mas agora é fruto de uma gestão rigorosa, alegam!

Com este executivo o que num ano é curto prazo no ano seguinte pode desaparecer e mudar para medio longo prazo falseando até a análise comparativa, mentindo a população, enganando os deputados, criando factos políticos acusatórios, mas a tudo isso fazem vista grossa, assobiam para canto, está tudo bem, vale a estratégia da politiquice barata ou da baixa politica.

Os deputados municipais do PSD mantem a coerência na análise da prestação de contas, considerando documento de 2015 como pior do que o de 2014, pelo aumento denunciado das dívidas, pelos resultados negativos continuados, e porque temem ainda que 2016 se transforme numa catástrofe financeira."

"(...) no que diz respeito ao Manual de Procedimentos, que segue em anexo a este relatório, voltamos a lamentar que o Senhor Presidente insista em rubricar documentos que são da autoria do anterior executivo e que tem nomeadamente o nome da anterior presidente de camara e a sua rubrica por cima. Mais grave é quando, legalmente, este manual de procedimentos está completamente desajustado a sua atual estrutura orgânica. (...)"

O Senhor Deputado Manuel Falcão, disse o seguinte:

"Discutimos hoje o Relatório de Prestação de Contas do Município relativo ao ano de 2015. Um relatório que assenta num paradigma de rigor e de clareza que a bancada do PS não pode deixar de enaltecer, pois, não só torna o exercício objetivamente transparente, como promove o efetivo controlo democrático a que o mesmo deve ser sujeito nesta sede.

Caros deputados, os dados contabilísticos de custos e proveitos do Município não escondem a difícil situação financeira que vivemos. O desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e os compromissos orçamentais assumidos, ao qual acresce



Assembleia Municipal de Caminha

a dívida acumulada nos últimos 10 anos, não permitem inverter na totalidade o ciclo de desinvestimento e incoerência social e política a que nos tinha acostumado o anterior executivo do PSD.

Claro que poderíamos fazer um exercício de retórica para tornar as contas mais equilibradas e ocultar algumas das obrigações que a Câmara anterior assumiu, nomeadamente com a renda da PPP das piscinas de Vila Praia de Âncora, os empréstimos bancários que contraiu, as ruinosas ações judiciais em que se envolveu e que se traduziram em perdas de milhões de euros, etc. Mas isso seria cosmética ...

Podíamos inclusive prever uma receita ficcionada, como nos habituaram no passado, por exemplo à custa da venda de prédios imaginários que, por o serem, nunca se concretizaram ou dos benefícios que iriam resultar de um processo judicial contra os nossos vizinhos de A Guarda, que mais não fez do que fragilizar a relação institucional entre os dois municípios e a cordialidade entre as suas respetivas populações.

Mas não Srs. Deputados. As contas que hoje discutimos assentam em dados reais e por isso demonstram já um caminho diferente do dos últimos anos da anterior Governação.

Não podemos comparar o incomparável e por isso, Srs. Deputados, qualquer tentativa de comparação com prestações de contas anteriores a 2013, não serão mais do que exercícios demagógicos, pois nunca, na anterior Governação, as contas respeitaram de forma tão transparente e eficaz as regras legais de contabilidade e finanças dos Municípios e que permitem o seu efetivo escrutínio público e político.

Em 2015 tivemos a maior taxa de execução de despesa da última década... 87%, Srs. Deputados..., ou seja, a Câmara Municipal executou 87% do investimento que previu para o ano de 2015. Isto reflete a eficácia da ação governativa do Município, expressa na transparência dos números.



Assembleia Municipal de Caminha

Sim, temos um resultado líquido do exercício negativo sim, temos uma dívida de curto prazo elevada sim, temos uma dívida total da Câmara superior à do ano transato.

Mas isto à custa do respeito por compromissos assumidos, grande parte deles que recebemos numa herança pesada do anterior executivo... isto à custa do pagamento de empréstimos de curto prazo para pagar encargos judiciais de um executivo do PSD, diria, litigioso... isto à custa de encargos com uma PPP desastrosa para o Município que o executivo do PSD levianamente contratualizou ... isto à custa das faturas de água e saneamento por pagar desde 2005.

E, não obstante todos esses e outros constrangimentos herdados do anterior executivo, os nossos munícipes poderão usufruir das ecovias em Seixas e Lanhelas, da nova biblioteca municipal, da obra da duna dos Caldeirões, da obra de saneamento em Âncora ou da obra do Mosteiro de São João D'Arga, entre outras.

E desengane-se quem ache que esta prestação de contas mantém o ciclo de desinvestimento e de "festa" a que o anterior executivo nos habituou porque, se é certo que o desequilíbrio orçamental não terá solução a curto prazo, certo é também que muito trabalho está já a ser feito para inverter este ciclo. Senão vejam Srs. Deputados:

-O resultado líquido do exercício apresenta uma variação positiva de € 270 000 face a 2014;

-A despesa total é inferior em 3,2 milhões de euros face a 2013, o que corresponde a menos 13% de despesa do que o anterior executivo gastou em ano de eleições;
A despesa corrente baixou 1,9 milhões de euros face a 2014;

- O investimento subiu 2,3 milhões de euros face a 2014;
- A despesa com pessoal, aquisição de bens e serviços, publicidade, combustíveis, estudos, pareceres, comunicação e trabalhos especializados desceu;
- O prazo médio de pagamento a fornecedores (112 dias) manteve a linha de 2014, num valor claramente inferior àquele que era praticado antes da arrecadação de receita extraordinária do PAEL, a que recorreu o anterior executivo.



Assembleia Municipal de Caminha

Sras. e Srs. Deputados, o exercício que aqui fazemos é simples e assenta em opções. E são as opções que os Srs. Deputados podem e devem discutir, sem esquecer que o PS Governa a Câmara Municipal na sequência do mandato popular que lhe foi conferido e que sufragou, precisamente, essas opções.

A inversão do ciclo vai continuar e poderia assentar noutras opções, como fosse a arrecadação de receita extraordinária por via dos munícipes, como aliás o PSD e o CDS souberam a nível nacional concretizar na anterior Legislatura, aumentando o IMI, a taxa variável de IRS, o preço da recolha do lixo ou o preço da água que os nossos Munícipes pagam.”

Disse ainda o Senhor Deputado Manuel Falcão que reconhece que tinha muito ainda para dizer, e refere que o PS não opta pelas estratégias políticas do PSD, o PS não faz incorrer sobre os munícipes aquilo que efetivamente são as dificuldades do Município e por isso vai continuar a trabalhar nesta linha, no sentido do desagravamento da vida dos munícipes e dar cada vez melhor condições vida.

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o seguinte;

“A apreciação das contas de 2015 obriga a um exercício de memória que de todo gostaríamos de não fazer. Em 2014, apreciando as contas de 2013, cuja responsabilidade se atribui inteiramente ao PSD, não hesitamos, pelo negativo que foi esse exercício, de afirmar que as contas de 2013 se perpetuariam “como registo da expressão numérica de um mau momento na governação do concelho de Caminha”. Com o ano de 2014, a situação não seria resolvida, e a CDU, compreendendo a ausência de tempo suficiente para construir um orçamento capaz de reverter o desastre financeiro herdado, aceitou as palavras do executivo camarário, que afirmou que nesse ano “ainda se não evidenciaria a mudança estrutural e de visão do executivo”, mas que seriam já dados “sinais de sustentabilidade para o futuro”. No entanto, na apreciação das contas de 2014, o primeiro ano da inteira responsabilidade do PS na liderança do município, não foi verificada uma diferença tão significativa face ao passado. Houve um decréscimo



Assembleia Municipal de Caminha

da despesa, efetivamente, mas ficaram aquém nas receitas e o resultado líquido das contas de 2014, apresentaram um valor negativo que superou os 1,5 M€.

Surgiu assim o ano 2015, e o discurso do executivo alimentou-se de palavras motivadoras, entoadas na fonética lírica apelativa, ouvida na leitura do Orçamento para 2015. Contudo não deixamos de registar, na altura da discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, que de vitaminado só nos ficava o discurso, e que as “pistas para o futuro” que o orçamento de 21 M€ apontava não se vislumbravam. E a verdade dos números chega hoje aqui a esta Assembleia. Desde logo porque encerra em si um resultado líquido negativo de 1 497 442€. Mesmo que se apregoe o incremento nas taxas de execução da receita e da despesa, a verdade é que o resultado persiste negativo e a revisão das contas aponta para a impossibilidade de comparação direta nas demonstrações financeiras com 2014 pela reclassificação da dívida à Águas do Norte, S.A.. E esta questão é essencial na análise que se faz no tempo, em obrigações que se prolongam ano após ano, tendo executivos diferentes atribuído a rubricas distintas a mesma dívida. Estas operações contabilísticas podem criar perceções desfavoráveis do desempenho nas contas do município já que parecem resolver, na virtualidade da folha de cálculo, o que se contraria na realidade.

Mas sob o ponto de vista formal, e uma vez mais na referência à revisão das contas, parece-nos merecedor de esclarecimento nesta assembleia o que de relativo ao endividamento total diz respeito, já que está registado, na prestação de contas de 2015, um valor de 19 253 988 €, abaixo dos 19 967 514 € estabelecidos por Lei, mas, por outro lado, o Revisor aponta para uma subavaliação em 446 000€ por registo de montante em rúbricas erradas. Ora este cenário leva o município para o limite legal do endividamento, contrariando o otimismo do relatório inicial.

Outra nota de relevo é o facto do IMI e a Derrama serem os únicos impostos diretos que registam aumento na arrecadação da receita, situação que expressa de sobremaneira como sobra para muitos dos residentes, que em esforço construíram as suas habitações, ou aqueles que arriscam os seus pequenos investimentos nas atividades económicas no município, o contributo para a dita sustentabilidade do



Assembleia Municipal de Caminha

concelho de Caminha. Mas particularmente no IMI, já que há uma maior arrecadação de receita, então porque não considerar nova redução? Estaria de acordo com o programa sufragado e reconheceria o esforço feito até agora.

Na análise das receitas, importa ainda atender aos impostos indiretos, e mais do que se perceber os números é para nós relevante medir neles o estancamento das atividades económicas no concelho, particularmente na construção, visível na diminuição das taxas de loteamentos e obras cobradas. É certo que o desenvolvimento económico do município não passará, no plano do programa do PS, pela construção, mas é inegável que esta é fundamental para a dinâmica das receitas de Caminha.

Pela realidade dos números que aqui se apresentam não sobrevivem dúvidas sobre a veracidade dos registos, sobre a vontade de cumprir com aquela que era a primeira prioridade apresentada no orçamento para 2015, e com o qual estávamos todos, seguramente, de acordo, ou seja, “enfrentar e resolver o desequilíbrio das contas” do município. E digo todos, contando com os que deixaram de legado a situação para ser resolvida, o PSD, e também com aqueles em quem a população de Caminha acreditou terem condições para sanear as contas municipais, o PS. Mas a verdade é que o mandato já se aproxima do fim e pouca recuperação foi conseguida, podendo pensar-se, desde já, que o mandato terminará sem que este executivo cumpra com a palavra dada aos munícipes. A esta Assembleia compete também fazer uma leitura política dos compromissos que se assumem e não se cumprem, das prioridades que a cada ano mudam, e da capacidade ou incapacidade política do programa que vigora no concelho. E hoje, mais próximos do final de mandato, como dissemos, torna-se difícil acreditar nesta estratégia, na capacidade de fazer valer o esforço na prossecução dos objetivos definidos nos 5 eixos estratégicos e reafirmados nesta casa em dezembro de 2014. E não é só na verdade dos números, é-o também na expressão de alguma desordem que se lê do documento aqui em discussão. São as diferenças encontradas nos registos de faturação da água e na contabilidade da Câmara, nas existências de armazém, nos fundos de maneo que se excedem, na falta de clarificação nos registos financeiros,



Assembleia Municipal de Caminha

matriciais e prediais, tendo já no passado a CDU manifestado a necessidade de clarificar esta matéria, em particular no que respeita aos registos prediais, entre outros a que se refere o Revisor das contas municipais que elenca 10 limitações encontradas e que, apesar de estarem na posse de todos os eleitos municipais e presidentes de Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, carecem de uma explicação detalhada apresentada a esta Assembleia, lembrando que a decisão que hoje tomaremos nos vincula a todos, no plano formal da Lei e não apenas na leitura política.

Parece-nos também que no domínio da relação entre os valores orçamentados, com as correções efetuadas, é cumprido o pressuposto de não superar, na despesa, estes valores. No entanto é elevado o valor de compromissos assumidos para exercícios futuros, de 25 515 621,32 € em despesas correntes e de 7 150 359,52 € em despesas de capital, registando-se um aumento de 15% nos compromissos relativos a despesas correntes e um aumento de 17% nos compromissos relativos a despesas de capital.

Finalmente não deixamos de salientar que a prejudicar o exercício e a recuperação do município, equilibrando as suas contas, está seguramente o amplo espectro das despesas. E não nos detemos com a manutenção das despesas de pessoal, porque daí não resulta qualquer vergonha. O que sim nos preocupa, porque todos somos munícipes da Caminha, dos vales do Âncora e do Coura-Minho, é o enorme aumento das “outras despesas correntes”, que mais não são que as sentenças judiciais, que caminham para 0,5 M€, colando-nos a todos, aos que aqui estão e aos que por nós são representados, na condição de culpados, sofrendo, em última instância, pelo pagamento indireto destes valores. Se poderíamos beneficiar com mais disponibilidades financeiras do município no melhoramento das nossas condições, por essa culpa adiamos o progresso e prolongamos o atraso.”

O **Senhor Vereador Rui Teixeira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres Munícipes e a



Assembleia Municipal de Caminha

Comunicação Social, e disse que aquilo que foi feito foi um plano de pagamentos e não um acordo como referiu o Senhor Deputado Rui Taxa que está previsto a sua execução e celebração em Orçamento de Estado 2015 desde que por mutuo acordo dos intervenientes, uma outra nota que refere o Senhor Vereador é para o Senhor Deputado Joaquim Celestino e disse que o Deputado referiu naquela Assembleia que o executivo deveria melhorar o equilíbrio das suas contas e logo de seguida refere também que já que se tem um aumento da receita do IMI, porque não repensar o executivo em reduzir mais a taxa o que é bastante curioso, terá o executivo que agravar as contas ou então reduzir a receita.

Disse ainda o Senhor Vereador que esta é a 2.^a prestação de contas e avaliação à execução orçamental deste Executivo e também a 2.^a prestação de contas da Câmara Municipal de Caminha certificada por Revisor Oficial de Contas.

Evidencia a linha estratégica de rigor encetada pelo Executivo em termos orçamentais e económico-financeiros desde início do seu mandato com:

- Registo patrimonial de todas as despesas, receitas e factos relevantes;
- Cumprimento da Lei, compromissos assumidos com os fundos disponíveis, o que não se verificava em 2013
- Maior taxa de execução da última década cerca de 87% o que significa rigor na elaboração do orçamento e na sua execução.

A execução da despesa cifrou-se no valor de 17 228 958€, e a execução da receita cifrou-se no valor de 17 114 814€.

O Ativo Líquido cresceu para 65,5 milhões de euros, mais 2,2 milhões de euros, principalmente pelo aumento do imobilizado.

No Passivo continuamos a ter como grande peso as dívidas Medio Longo Prazo 6 323 681€ em empréstimos, 3 884 679€ em acordos e 4 226 351€ da parceria publico privada.

Uma prestação de contas caracterizada pela redução do prejuízo em 18%.

A atividade de um Município não visa o lucro, mas contas saudáveis permitem ajudar os munícipes e prosseguir políticas de desenvolvimento económico, social, cultural e desportivo que, de outra forma, seria muito difícil.



Assembleia Municipal de Caminha

Uma redução de 18% conseguida principalmente com a redução das despesas correntes em 16% face a 2013 em pessoal, publicidade, combustíveis, etc.

Contudo houve também o aumento da dívida a curto prazo em cerca de 800 mil euros.

Numa análise pouco cuidada parece que se gasta mais, mas não. Quando se tem de pagar, anualmente, entre empréstimos, acordos e parcerias publico privadas cerca de 2 milhões de euros. Quando estamos a liquidar com a nossa receita as despesas de anos anteriores, a pagar as dívidas a fornecedores de anos anteriores, sem recurso a empréstimos, nem com receitas extraordinárias como a venda do Património por exemplo eólicas, águas e outros bens do domínio publico. E ainda pagamos 266 000€ de sentenças judiciais. Sem estas despesas, sem estas responsabilidades que vamos obviamente cumprir, a dívida era cerca de 2,2 milhões de euros.

Este exercício também se caracterizou por um forte investimento de 5,9 milhões de euros mais 2,3 milhões de euros através de recurso a financiamento comunitário e fundos próprios.

Um esforço sem recurso a empréstimos e, portanto, sem hipotecar receita futura. Investimos na rede viária em caminhos, ruas, no saneamento, em rede de água, manutenção e proteção florestal, em novas infraestruturas como Biblioteca, Mosteiro de São João d'Arga, Ecovia, Campo de Futebol de Lanhelas e sem hipotecar o futuro.

Porque, por exemplo, a Piscina Municipal de Vila Praia de Ancora, que agora está evidenciada no balanço, nas contas do Município e está pelo seu valor patrimonial embora, na realidade, o Município vá pagar em 23 anos, até 2033, 20 milhões de euros.

Este investimento poderia ser de outra maneira?

Sim, podia. Através de:

-Fundos Comunitários, à semelhança do que fizeram a generalidade dos Municípios;



Assembleia Municipal de Caminha

-Fundos próprios com obra real e com um custo muito menor para o Município de Caminha;

Mas não. Fizeram uma obra megalómana e agora não há recursos para acorrer a todas as situações.

Fizeram de propósito?

Com certeza que não! Fizeram o que podiam e sabiam. Mas, também por isso, devem honrar o voto e confiança dos munícipes, ter o carácter e humildade de reconhecer o erro e fazer uma oposição responsável e construtiva que dignifique a democracia.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que lhe cumpre a ele dar conta e complementar aquela que foi a intervenção do Senhor Vereador Rui Teixeira, sandando o Senhor Vereador e toda a equipa que na Câmara Municipal trabalha e em cada setor trabalha com afinco, para construir este documento de Prestação de Contas, e a todos os Presidentes de Junta que vão compreendendo as dificuldades do Município e as dificuldades que existem para se encontrar soluções. O Senhor Presidente deu os parabéns ao Senhor Vereador Rui Teixeira porque este tem uma tarefa ingrata de resolver, que é o grave desequilíbrio das contas públicas, das contas da Câmara Municipal que durante muito tempo vão estar desequilibradas.

Disse o Senhor Presidente que sempre disse que as contas da Câmara Municipal estão completamente desequilibradas, erros atrás de erros, irresponsabilidades, más decisões, decisões ilegais, levaram o Município para um estado que levará muito tempo a recuperar, mas, agora estão todos de acordo, PS, CDU e PSD e até os jornais dizem aquilo que o executivo sempre disse que a Câmara Municipal tem graves dificuldades financeiras. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara gastou 17.2 milhões de euros em 2015, gastou menos 2.800 mil de euros do que o dinheiro que recebeu, logo, é fácil perceber para onde vai o dinheiro, porque a Câmara Municipal é como uma casa de todos nós, entra receita é feita despesa, e aquilo que se tem de compreender é que existem grandes blocos de despesa que rapidamente explicam aquilo que se passa numa Câmara Municipal e desses 17



Assembleia Municipal de Caminha

milhões, 5 milhões são para pagar o pessoal, 5 milhões para aquisição de bens e serviços como combustível, iluminação pública, limpeza de ruas e locação de edifícios, mais 5 milhões para investimento que é a aquisição de bens de capital, perfazem a quantia total de 15 milhões de euros e os restantes 2 milhões serviram para fazer transferências para as freguesias, instituições e famílias, os impostos e taxas que se tem para pagar são cerca de 400 mil euros e os empréstimos bancários que não contraiu este executivo no valor de 1 milhão de euros. Disse o Senhor Presidente que o resultado líquido de exercício que se está ali a discutir é negativo, como não poderia deixar ser, sendo um resultado que não deixa o executivo satisfeito, porque querem mais e melhor, mas, é já mais favorável do que aquele que se tinha relativamente ao ano passado com uma melhoria de 270 000€, mas, é melhor que o resultado líquido negativo de 2011, 2.6 milhões de euros negativos relativamente às contas de 2011 e como todos sabem estas contas foram debatidas em 2012 a um ano das eleições e o alarme de uma gestão tão ruínosa por parte da Câmara Municipal que nessa altura teve um resultado líquido negativo de 2,6 milhões de euros, mas, nessa altura fez tocar as campainhas, e de um ano para o outro teve um resultado líquido de exercício positivo de mais de 2 milhões de euros, este sim foi um grande milagre que aconteceu naquele ano pré eleitoral, logo, o Senhor Presidente acha graça a algumas intervenções que ali se fazem, como a intervenção do Senhor Deputado Rui Taxa a criticar os Deputados do PS porque agora votam a favor de contas que tem resultados líquidos negativos, quando antes votavam contra, e sem perceber o Senhor Deputado estava a fazer a sua própria caricatura quando votava a favor resultados líquidos negativos e agora vota contra. Disse o Senhor Presidente que a diferença é que agora existe um caminho que está completamente esclarecido em termos de receita e despesa e nas opções deste executivo, mas, em 2012 quando se debatia o resultado líquido negativo das contas, a desculpa da Câmara Municipal, era, pasmem-se, herança do passado!!!, 10 anos depois de estarem no poder desculparam-se com o passado do PS, e por isso o Senhor Presidente não compreende a estupefação de tantos Deputados quando ali falam do passado, que



Assembleia Municipal de Caminha

não é passado na realidade, é presente; e como exemplo, o Senhor Presidente focou a questão da água que é paradigmática, quando não pagaram a água desde 2005, havia anos em que pagavam 200 mil euros, 500 mil euros e isso está refletido nas contas de exercício e nesses mesmos anos normalmente a entrada da receita da água era muito superior a 1.5 milhão de euros, portanto, reparem na diferença, e perguntem aonde ia parar o dinheiro que as pessoas pagavam em água, e depois em 2012 o PSD teve a felicidade de resolver o problema da água com a entrada do PAEL, o qual foi criado pela Administração Central para acorrer aqueles Municípios em pré-falência, como estava o Município de Caminha em 2012, portanto, durante anos não pagaram água e quando chegaram a 2012 tinham um bolo de dinheiro na mão e pagaram faturas do passado, mas, o PAEL quem o tem que pagar é o presente, nunca foi pago um cêntimo do PAEL, o que quer dizer que durante anos nunca pagaram água, e agora este executivo e os munícipes é que tem que pagar água do PAEL à Administração Central e este executivo está a honrar esse compromisso, e por isso a gestão da água não é igual Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, nem a gestão das dívidas, este executivo está a resolver problemas do passado, mas, resolver despesas do passado com aquelas que são despesas do presente é muito difícil.

Disse ainda o Senhor Presidente que se está a conseguir conter a despesa total, a despesa total em 2015 foi de 17.2 milhões de euros, muito próxima do montante de despesa total de 2014, mas 3.2 milhões de euros inferior a 2013, menos 16% do que o PSD gastou no último mandato, ano pré-eleitoral, e este executivo não é reconhecido por parte da oposição, pelo esforço tremendo que está a fazer, foram gastos menos 3.2 milhões de euros que o anterior executivo no ano pré-eleitoral, e não é preciso bater palmas, basta apenas dizer que o atual executivo está a conter a despesa. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo está sobretudo a conseguir conter a despesa corrente, que é a mais importante, e apostar na despesa de investimento, a despesa corrente baixou 1.9 milhões e o investimento subiu 2.3 milhões face a 2014, o investimento mobilizou 4.6 milhões de euros, o que não acontecia há 5 anos nesta Câmara, este executivo investe e aposta nas



Assembleia Municipal de Caminha

peças no edifício, por isso, este orçamento e as contas que se debatem foram vitaminadas, a vitamina que permitiu face as dificuldades investir no território. Disse ainda o Senhor Presidente que a despesa corrente reduziu 30% relativamente a 2013, só na “Aquisição de Bens e Serviços” a redução atingiu 45% relativamente ao ano da festança pré-eleitoral de 2013, mas, houve mais descida de despesa, com despesa com pessoal, porque apesar de todas as dificuldades teve-se que conter a contratação com pessoal, apesar de se ter que alargar porque existem mais necessidades na Câmara Municipal, também desceu a despesa com aquisição de bens e serviços, publicidade, combustíveis, estudos, pareceres, comunicação e trabalhos especializados, e por isso, a herança pesa e quase afunda o Município, porque só em 2015, pagou-se 1.013.700€ de empréstimos bancários que o PSD contraiu, não se deixou nada por pagar dos empréstimos de curto prazo que o este executivo contraiu, logo, não deixam a herança para aqueles que vierem a seguir e muito menos para os munícipes. Disse o Senhor Presidente que o PSD contraiu nos últimos anos empréstimos bancários na ordem dos 8 milhões de euros, ao mesmo tempo que vendia as eólicas, água em alta, e ainda que faziam PPP ruinosos os quais obrigam a pagar mais 19 milhões de euros no final. Disse o Senhor Presidente que teve um contrato de limpeza de ruas e recolha de lixo que era 45% mais caro do que o contrato agora em vigor, logo, existe um problema para resolver que só se resolve com a verdade e essa verdade está esplanada nestas contas que foram apresentadas, era mais fácil continuar a maquilhar as contas até ao infinito, e a grande crítica que o PSD faz a esta Câmara, é que o executivo colocou a dívida das piscinas na dívida, e pergunta o Senhor Presidente, Aonde tem que estar a Dívida das piscinas? É exatamente na dívida de curto prazo em parte e de médio e longo prazo na outra parte, portanto, a verdade será essa a acusação que podem fazer a este executivo, e verdade é que a Câmara tem um resultado líquido negativo como se pode verificar, e é pelo segundo ano consecutivo, que se tem um orçamento onde as receitas correntes superam as despesas correntes, como deve acontecer, corrigindo o desequilíbrio de 2013 em que as receitas correntes apenas cobriam 84% das despesas correntes, portanto,



Assembleia Municipal de Caminha

Senhores e Senhoras Deputadas a Câmara vive da sua receita e a deste ano, foi superior à do ano passado, mas, só por uma razão, com os fundos comunitários que se conseguiu atrair para Caminha, foi graças a eles que se conseguiu fazer obra, quanto ao resto, a vida do Município não está fácil, a receita no IMI subiu ligeiramente, mas o Imposto Único Automóvel e o IMT diminuíram, esperando agora como prometido pelo Governo, que as transferências do Estado aumentem ligeiramente, mas não serão estas que irão resolver o problema do Município. Disse o Senhor Presidente que o próximo ano será, do ponto de vista da receita, será ainda mais difícil, e falar dos Fundos Comunitários e do prejuízo que a inoperância do anterior governo criou é repetir aquilo que falou ainda à pouco, mas a verdade, é que se vai ter que continuar, porque não há milagres, porque, o que há agora são contas certas e faturas registadas, existe uma dívida de curto prazo elevada, uma dívida de medio e longo prazo elevada, mas, apesar de tudo, temos prazo médio de pagamento a fornecedores de 112 dias que está na linha do prazo médio de pagamento que tinha o anterior executivo antes de ter a receita do PAEL e dos empréstimos bancários e também se tem bem menos que os 300 dias de pagamento que se fartaram nesta Assembleia de alardear e que ele se fartou de o desmentir. Disse ainda o Senhor Presidente que a Câmara não é perfeita, mas enfrenta as dificuldades da melhor forma que pode, cumpre a Lei dos Compromissos quando ela foi reiteradamente violada varias vezes pelo anterior executivo, cumpre o Princípio de Equilíbrio Orçamental, cumpre o limite do endividamento, apesar de faltar muito tempo até a Câmara estar estabilizada, mas está no bom caminho, e por isso, apela a todos que se queiram juntar a este desidrato, que não é fácil, é muito difícil, contudo, deve-se estar unido neste combate, disse ainda o Senhor Presidente que se deu início a um caminho que ainda vai levar muito tempo até chegar ao seu objetivo, mas tem consciência que com verdade, rigor, e com uma atuação séria nas despesas e atenção na receita, irá se encontrar a solução para o Município de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 6 voto contra e 8 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **Senhor Deputado Alberto Magalhães**, fez a seguinte declaração de voto:

"A bancada do Partido Social Democrata vota contra as contas de 2015, porque o documento apresentado demonstra o desastre da gestão do Partido Socialista que na elaboração dos documentos se autoelogia de um planeamento rigoroso, e o que constatamos é que as dívidas do município aumentam do ano de 2014 para o ano de 2015 de cerca de 3.308.533,00 euros, e depois os resultados negativos não passam de um (-) sem qualquer demonstração de preocupação e sem propor medidas de ajustamento que possam reverter os prejuízos do ano de 2015."

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

"Votei contra porque:

1.º A equipa de Revisores Oficiais de Contas, tem um relatório com 16+1 pontos com RESERVAS sobre a forma e o conteúdo do documento que nos entregam para aprovar;

2.º Concretamente no ponto 11 dizem os auditores que: "...Apesar dos esforços enveredados pelos Serviços Financeiros do Município, estas diferenças carecem de explicação à data. Concluem os auditores que "... Desta forma, não se encontram reunidas as condições que nos permitam concluir sobre as dívidas destes clientes, nem sobre o correspondente impacto desta situação nas vendas do município em 2015".



Assembleia Municipal de Caminha

Posso por isso concluir, pela leitura deste ponto 11, que as rúbricas de receitas estarão erradas,

3.º Referem depois no ponto 16 que há "...divergências nos saldos de fornecedores" e rematam dizendo que "...desta forma, não nos é possível concluir quanto a estes saldos, nem quanto ao correspondente efeito ao nível das rubrica da demonstração de resultados de 2015".

Ora, esta apreciação da equipa de revisores demonstra, em nosso entender, que faltam contabilizar faturas de custos, exatamente aquelas que podem influenciar as demonstrações de resultados, o que tornaria ainda maior o prejuízo já de si brutal de 1,4 milhões!

4.º No ponto 17 reconhece a equipa de auditores que: as dívidas contabilizadas estão subavaliadas em 177.853€.

Com tanta precisão nos valores subavaliados (pois poderiam dizer que eram cerca de) a pergunta é óbvia: então porque não contabilizaram as faturas identificadas?

5.º Para além do que dizem os auditores, também detetei:

- a) - divergências entre mapas de empréstimos de curto prazo e os mapas de execução orçamental da despesa;
- b) - divergências entre a dívida do município (referida na pág. 38), que nesta página dizem ser de 19.253.988€ e as dívidas de CP e MLP inscritas no mapa de balanço, cuja soma dá 20.634.834,48€;

Por todas estas razões, votei contra as contas de 2015."

O Senhor Deputado Manuel Falcão, fez a seguinte declaração de voto:

"Votou a favor pelo que disse anteriormente, mas também porque o executivo municipal, poderia optar ainda por reduzir mais despesa através de cortes nas transferências para as Freguesias, da paralisação de obras como a do Nó da Erva Verde em Vila Praia de Âncora e a do mercado municipal em Caminha ou da suspensão de eventos culturais como a Feira Medieval, o Artbeerfest, o Vila Praia em Flor ou o Fado Forte.



Assembleia Municipal de Caminha

Com certeza os Srs. Deputados do PSD rever-se-ão nesta estratégia e nestas opções, pois mais não é do que replicar a gestão da maioria PSD/CDS-PP que, entre 2011 e 2015, com o vosso apoio, perpetrou um ataque social aos portugueses, aumentando a pobreza e a exclusão social.

Mas o Partido Socialista, felizmente, não se revê nessa linha política, nessas opções.

O Partido Socialista acredita que são as políticas sociais, em complemento com o investimento na economia, que permitirão a inversão deste ciclo.

Continuaremos a trabalhar para reforçar a receita arrecadada, não por via dos impostos, mas por outras vias, nomeadamente, da atração de fundos comunitários para o concelho e esse acréscimo de receita, ainda que só se concretize no ano de 2017, será um importante vetor, e isto apesar da inércia do anterior Governo do País que não conseguiu sequer agilizar uma linha de financiamento do quadro 20/20.

Aproveitando a proatividade deste Governo nesta matéria, Caminha já candidatou a ligação entre as ecovias de Santo Isidoro e Camboas e entre as ecovias do topo sul do paredão de Vila Praia de Âncora e da Gelfa, já candidatou um plano de intervenção na Serra D'Arga para preservação das espécies e prevenção de incêndios, já candidatou parte do processo de dragagem do rio Minho em prol dos seus pescadores e está a trabalhar noutros projetos como o investimento na Escola Secundário Sidónio Pais.

E a par disso continuaremos a reduzir despesa, não com políticas que comprometam o investimento no nosso município, mas à custa da redução da despesa corrente, da renegociação do desastroso negócio da PPP das piscinas, da redução de custos com iluminação ou da amortização de empréstimos de médio e longo prazo da Câmara.

Numa altura em que começam a ser restituídos muitos dos direitos sociais que nos últimos anos PSD e CDS retiraram às famílias portuguesas, não pode este executivo imputar este esforço de equilíbrio orçamental nos seus munícipes.



Assembleia Municipal de Caminha

E o PSD terá de escolher se se junta a nós na definição de alternativas que permitam investir no nosso município sem prejudicar os nossos munícipes ou se preferem resumir-se à condição de oposição e atacar pura e simplesmente os números.

Sras. e Srs. Deputados, termino dizendo que o caminho escolhido por este executivo merece o nosso apoio, assentando na defesa dos interesses e bem-estar dos nossos munícipes, dos valores da democracia e da solidariedade.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez a seguinte declaração de voto:

“A CDU votou favoravelmente a aprovação do Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2015 por assumir que a aprovação deste documento não restringe nem prejudica a análise política do exercício de 2015, feita pela CDU e que é claramente desfavorável ao resultado aqui apresentado.

Por outro lado, apesar dos muitos desencontros apontados pelo Revisor da Contas do Município que não foram aqui suficientemente esclarecidos, não constituíram para o Revisor razão suficiente, no plano legal, para considerar que os mesmos não estariam de acordo com os “princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal”, “previstos no POCAL”. Assim a CDU sustenta a validação técnica na certificação legal das contas feita pelo Revisor.

Finalmente, apesar de não haver qualquer implicação legal pela não aprovação de contas, já que a Assembleia Municipal apenas se pronuncia sobre o documento, sendo o seu voto enviado para conhecimento do Tribunal de Contas, que não chumba ou aprova as contas do município em resultado da não aprovação em Assembleia Municipal, julgamos não ser fiel ao princípio da leitura de verdade do documento, votar desfavoravelmente o mesmo.

Pelos motivos apontados votámos a favor.”

d) – Retificação ao Mapa anexo ao Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de seis de abril de dois mil e dezasseis, relativa à **“Retificação ao Mapa anexo ao Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a **“Retificação ao Mapa anexo ao Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia”**.

O Senhor Deputado Rui Taxa, disse o seguinte:

“A retificação ao mapa anexo ao protocolo com as Juntas de Freguesias que este Executivo traz novamente a esta Assembleia, com o pretexto de incorreções relativamente aos valores inicialmente indicados, não é mais do que uma manobra de cosmética, para incluir no valor a transferir no presente ano, que não se altera relativamente ao ano transato, a tranche que ainda se encontra em dívida referente ao ano de 2015.

Sim, porque estamos no 2.º trimestre de 2016 e as Juntas de Freguesia ainda não receberam a totalidade do que lhes é devido de 2015.

No fundo estes valores agora apresentados não são mais do que o somatório dos valores a transferir em 2016 e os valores em dívida de 2015. E de retificação em retificação e de aprovação em aprovação, vai-se protelando os prazos de pagamento, deixando cada vez mais as nossas Juntas e as populações que servem, numa situação de grande dificuldade financeira.

Que fique claro que esta bancada e o PSD nunca será contra as transferências para as juntas de freguesia, antes pelo contrario, elas serão sempre escassas. Esta bancada está preocupada com a incapacidade, que já se pode considerar crónica,



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

que este executivo tem de não cumprir prazos nem compromissos com os valores protocolados.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e) – Aprovação do Regulamento de Cobrança de Taxas pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TMU)

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezasseis de março de dois mil e dezasseis, relativa ao “**Regulamento de Cobrança de Taxas pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TMU)**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento de Cobrança de Taxas pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TMU)”.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse o seguinte:

“Esta Taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, que está relacionada com a localização da intervenção urbanística, o tipo de



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

intervenção, tipologia e infraestruturas das operações urbanísticas, foi construída com base num conjunto de parâmetros, para os quais não nos foi demonstrada nenhuma simulação.

Deveria estar anexo a esta deliberação, e conforme os nossos vereadores já haviam solicitado, uma simulação para prever o impacto da alteração desta taxa. Não podemos votar favoravelmente, uma proposta, mesmo que seja para a adequar genericamente à lei, se, de forma específica não soubermos qual o aumento real que penderá sobre a nossa população.

Na nossa opinião e como foi referido também em reunião de câmara, a criação desta taxa foi feita por comparação com concelhos vizinhos onde as taxas de construção são muitíssimo mais caras. Não nos parece que esta comparação possa beneficiar a realidade do nosso concelho, que é bem diferente da dos outros. Ainda para mais numa altura que se deveria incentivar o sector da construção que está em crise.

Esta proposta vai onerar ainda mais as famílias, porque indiretamente se irão cobrar taxas maiores na construção, provocando mais problemas num sector que tem sido flagelado pela crise económica.

Há um agravamento claro e excessivo nas taxas de licenciamento de habitações unifamiliares. Mais uma vez, serão as famílias as mais penalizadas com a atualização destas taxas específicas.

Para além desta questão, é de referir que o art.º 130, 2), diz que estão isentos de pagamento de taxas as freguesias e empresas municipais instituídas pelo Município, no entanto, já não existem empresas municipais, portanto o PSD sugere que esta denominação seja retirada do texto.

Dito isto, e porque existem gralhas no texto a votação e porque não nos foi disponibilizado a simulação respetiva vamo-nos abster nesta votação.”

O **Senhor Vereador Guilherme Lagido**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, os Ilustres



Assembleia Municipal de Caminha

Municípios e a Comunicação Social, e disse que o executivo não tem a mania de reformular regulamentos municipais, mas, tem a obrigação de reformular regulamentos municipais que cumpram a Lei, esta é uma proposta que já esteve em discussão pública, e o Senhor Vereador até admite que mereça críticas, mas em sede de discussão pública não teve qualquer participação e esteve aberta 30 dias para recolha de sugestões. Disse o Senhor Vereador que esta taxa municipal foi instituída em 1991 sem qualquer fundamentação, e sempre foi aplicada desde essa data até hoje, e é exigido que as taxas municipais tenham a devida fundamentação, e está aqui apresentada a devida fundamentação económica da taxa. Disse o Senhor Vereador a título de exemplo que cada metro quadro de infraestruturas custa 0.15€ e a taxa irá cobrar 0.001€, portanto, existe aqui uma justificação que é proposta nessa fundamentação, foram feitas comparações com outros municípios, e existe uma opção clara do executivo que conduz a uma redução da taxa em comparação com 1991, e há uma opção política subjacente que é concretamente no que diz respeito ao fomento de comércio, serviços, indústria e outros edifícios para uso industrial, existe também uma redução e mesmo em relação a 1991, portanto, o executivo entendeu que esta também é uma forma de fomentar esse tipo de iniciativas, logo, o que o executivo propõe é mais baixo, não é só em comparação com outros municípios como por exemplo Viana do Castelo, mas também com Vila Nova de Cerveira que está aqui bem perto do Município de Caminha, e aquilo que o executivo pensa é que são taxas adequadas para o tempo em que se está a viver.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que por vezes em alguns debates, deseja que o PSD se proteja e este seria um dos debates aonde o PSD deveria estar silencioso, porque ao contrário do eufemismo do Senhor Deputado Rui Taxa relativamente a este regulamento, que diz que este regulamento se pretende apenas adaptar à legislação, isso não é verdade, este regulamento pretende resolver um problema de ilegalidade grave do anterior executivo durante anos que pode ter consequências gravíssimas para o erário público de Caminha.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 25 votos a favor, 0 votos contra e 10 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f) – Isenção de Pagamento de Taxa devida por uma das Feiras Semanais de Caminha referente ao Mês de Março de 2016

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Isenção de Pagamento de Taxa devida por uma das Feiras Semanais de Caminha referente ao Mês de Março de 2016”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar taxas do Município e fixar o respetivo valor, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove:

- 1 – A proposta n.º 3 aprovada em minuta na reunião ordinária de dezassete de fevereiro de dois mil e dezasseis, relativa à **“Isenção de Pagamento de Taxa devida por uma das Feiras Semanais de Caminha referente ao Mês de Março de 2016”**;
- 2 – Que o valor em causa seja deduzido nos pagamentos das taxas referentes ao mês seguinte à aprovação em Assembleia Municipal.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) – Alteração ao Protocolo para a realização do Festival de Vilar de Mouros

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte de abril de dois mil e dezasseis, relativa à **“Alteração ao Protocolo para a realização do Festival de Vilar de Mouros aprovado em Reunião de Câmara de 16/09/2015 e Assembleia Municipal 25/09/2015”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º2 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, propõe-se que este órgão deliberativo conceda autorização para a **“Alteração ao Protocolo para a realização do Festival de Vilar de Mouros”**

O **Senhor Presidente da Mesa**, propôs a proposta à admissão, uma vez que esta proposta foi submetida posteriormente à aprovação da Assembleia.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa e disse que uma vez que colocou a questão para a assembleia aceitar ou não, este ponto na ordem de trabalhos, ele obriga a que haja pelo menos dois terços de



Assembleia Municipal de Caminha

votos a favor, portanto, antes de aceitar as inscrições para debate da proposta, esta deve ser posta a votação para ser aceite ou não.

O **Senhor Deputado Manuel Falcão**, fez uma interpelação à mesa e disse que existia uma ordem de trabalhos inicial e essa ordem de trabalhos foi alterada com a inclusão de um novo ponto, logo, o artigo 18 diz que isso só é possível se a assembleia se pronunciar com dois terços de votos expressos, logo, é isso que está em causa.

O **Senhor Presidente da Mesa**, disse que essa era a sua ideia inicial e logo de seguida propôs a votação a admissão da entrada de esta nova proposta, a qual foi aprovada por unanimidade.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez uma declaração de voto e disse que lamenta a votação, e é engraçado ver a postura da Assembleia Municipal, quando ele apresenta um requerimento, e é a mesma postura quando Assembleia Municipal tem quando é o Partido Socialista a apresentar um ponto à ordem de trabalhos.

De seguida o **Senhor Presidente da Mesa** propôs a proposta para discussão.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, disse o seguinte:

"Se dúvidas ainda existissem, a forma como este Executivo trata o Festival de Vilar de Mouros é o exemplo claro da irresponsabilidade política e da forma leviana como resolve os problemas do Concelho de Caminha.

Começa, por não saber o que quer para Vilar de Mouros. Começa, por apresentar o Festival em Lisboa dotando Caminha ao desprezo informativo.

Rescinde unilateralmente o contrato feito com a AMA, e anuncia o regresso da empresa "Música no Coração" de Luís Montez para a organização deste evento mediático.



Assembleia Municipal de Caminha

O protocolo com esta empresa foi aprovado em Reunião de Câmara e em As. Municipal.

Por denúncia do PSD na reunião de Câmara de 21-04-2016, ficamos a saber que este protocolo nunca foi assinado pelas partes.

E aqui das duas uma.

Ou o Presidente Miguel Alves nunca pretendeu honrar o compromisso deste protocolo, antes querendo beneficiar da visibilidade que a publicidade da empresa "Música no Coração" lhe poderia garantir, ou então, Luís Montez ao saber do estado financeiro em que V. Exa. está a deixar a Câmara de Caminha, abandona o projeto para não arcar com futuras dívidas.

Fomos enganados durante todo este tempo.

Estamos a 4 meses da realização do Festival e ainda não há qualquer cartaz publicitado.

Não há qualquer banda anunciada.

Uma segunda "banhada" está prevista e, pasme-se, o PSD até disto é culpado. O Senhor Presidente agora acusa o PSD, de "homicídio do Vilar de Mouros", como se fôssemos nós que não tivéssemos assinado o protocolo já aprovado o ano anterior e como se fôssemos nós que a 4 meses do evento viéssemos com empresas criadas ilegalmente, para realizar este evento que se quer que seja feito de forma séria e profissional.

Sim, para resolver a situação, cria um novo protocolo com uma empresa surgida do nada, com duas pessoas de Lisboa, totalmente desconhecidas dos Caminhenses. Empresa com sede em instalações do Município de Caminha, embora nada tenha sido aprovado em Reunião de Câmara no sentido de cedências de instalações, como é obrigatório por Lei.

Mais uma ilegalidade. Mais uma irregularidade.

Empresa ilegalmente constituída como podemos constatar.

Empresa criada à pressa em 15 de abril, curiosamente no mesmo dia em que enviam documentação com informação técnica com o protocolo aos vereadores do PSD.



Assembleia Municipal de Caminha

Empresa que ainda não deu início de atividade nas Finanças.

Protocolo feito à pressa, que obrigou a que uma errata fosse elaborada a correr para correção das gralhas e das informações erradas contidas na primeira versão.

O que está por detrás disto tudo?

Será alguma coisa mais, que a simples realização do Festival de Vilar de Mouros?

Uma questão que vos deixo ficar para reflexão.

Achamos que andam a brincar aos Festivais.

Andam a brincar com os Vilar Mourenses e com os Caminhenses. Andam a brincar com coisas muito sérias, que podem condicionar economicamente o futuro do Concelho de Caminha.

O Festival de Vilar de Mouros merece, de uma vez por todas, ser assumido com a identidade forte que tem história no nosso Concelho e da qual todos nos devemos orgulhar e trabalhar para tal.

É importante que a força de um Festival com este nome seja potencializada, pensado e organizado com a forte convicção de que pode ser articulado sectorialmente no nosso Concelho, mexendo com a nossa economia durante o ano inteiro, com estratégias, eventos e produtos numa consonância de ideias, convergindo para o auge que deverá ser a realização do Festival em si.

Mas para isso, não podemos continuar a ter à frente do pelouro da cultura o "vereador" que menos tem feito pela própria cultura no nosso Concelho, ou seja, o próprio Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente, com a sua irresponsabilidade política, contribui e potencia o descrédito do grande Festival e da grande marca de Vilar de Mouras.

O Senhor desonrou a memória de António Barge e de tudo o que ele criou ao querer, utilizar este festival para fins meramente eleitoralistas e de projeção pessoal.

Por isso votamos contra."

O **Senhor Deputado Rui Lages**, disse que bem se sabe de quem ao longo de vários anos delapidou a imagem, a marca a metodologia do Festival de Vilar de



Assembleia Municipal de Caminha

Mouros, bem se sabe a posição do PSD sobre o nosso festival, para a população em geral dizem ser a favor, mas nos órgãos autárquicos votam contra, sim, caros munícipes o PSD não gosta, não quer e tudo faz para que o festival de Vilar de Mouros seja um fracasso e que acabe de vez. Disse ainda o Senhor Deputado Rui Lages que vem agora o PSD confundir a opinião pública, vota contra, mas desta vez pelo protocolo conter graves ilegalidades, e vem aqui o PSD falar de ilegalidades, ilegalidades no que toca ao Festival de Vilar de Mouros.

Senhores Deputados:

Recordam-se quando o executivo então liderado pelo PSD assinou um protocolo com uma Associação chamada AMA num concerto com a Aurea, cedendo a esta instituição a marca do Festival de Vilar de Mouros sem ser a autarquia a detentora de tal título, disse ainda o Senhor Deputado Rui Lages que para que se perceba melhor a gravidade desta situação, disse que, é o mesmo que a Câmara Municipal de Caminha venda um veículo automóvel sem ter registo de propriedade, ou seja, vender coisa alheia, portanto, vamos ser sérios neste debate, quem quer o Vilar de Mouros não é só este executivo, quem pede e clama pelo nosso festival é o povo Vilarmourense, a sua junta, são os munícipes do Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Deputado que o Vilar de Mouros é mais que um festival, é uma identidade, é uma marca, é um símbolo, é um traço identitário do nosso Concelho é uma cultura de gerações, portanto, não queremos este festival a todo o custo, mas, queremos fazer tudo o que custar para que o festival seja um sucesso, aquém e além-fronteiras, sucesso esse, mesmo contra a vontade de alguns dos eleitos do PSD. Disse ainda o Senhor Deputado Rui Lages que o PS votará favoravelmente esta proposta por ser amigo do Festival de Vilar de Mouros.

O **Senhor Presidente da Câmara**, disse que todos nós e alguns de nós e não certamente a bancada do PSD, quer organizar o Festival de Vilar de Mouros, por aquilo que ele representa e pelo que representou e que pode ainda representar, pela valia do Festival de Vilar de Mouros. Disse o Senhor Presidente que a Câmara Municipal tem trabalhado em conjunto com a Junta de Freguesia de Vilar de



Assembleia Municipal de Caminha

Mouros e com as empresas especialistas nesta área para trazer de volta o Festival de Vilar de Mouros, e perguntam muitas vezes, não há cartaz? Ainda não conhecemos a solução para o Festival de Vilar de Mouros? e como todos compreendem para realizar um festival desta dimensão é preciso apoios, financiamento e esse financiamento procura-se e alcança-se tendo em conta a força da marca e aquilo que foi o percurso da marca neste caso o Festival de Vilar de Mouros ao longo de estes anos. Disse ainda o Senhor Presidente da Câmara que se ainda não foram anunciadas as bandas é porque só relativamente há pouco tempo foi encontrada a sustentação financeira para organizar o festival, porque alguém compreenderia se alguém negocia-se com bandas sem ter o financiamento para fazer o festival, o PSD talvez o fizesse, que fez isso durante anos a propósito de outras temáticas. E não era possível falhar como o fizeram uma vez, com um modelo que o PSD impôs ao Município e à Junta de Freguesia, logo, é preciso ser claro sobre esta matéria, porque agora existem condições para apresentar um cartaz e para apresentar uma estrutura, com gente que trabalha nos grandes festivais portugueses e que vai respeitar o Município e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros e em breve vamos ter o cartaz que tanto desagrada aqueles que não gostam e atacaram o Festival de Vilar de Mouros, e por isso torna-se necessário ser claro quanto a esta matéria, porque, durante anos o PSD foi militantemente contra o Festival de Vilar de Mouros, castigando-o, e teve uma tentativa de assassinato político do Festival de Vilar de Mouros, porque o PSD tem que responder a uma pergunta, não soube, ou não quis o Festival de Vilar de Mouros? Porque, se não soube foi incompetente para o criar, e se não o quis, tem que o assumir nesta assembleia e não deve ser falso perante os munícipes. Disse ainda o Senhor Presidente que vir ali dizer que o Presidente da Câmara atual desrespeito, desonrou a memória de António Barge, ao utilizar o festival de forma eleitoralista é de facto de um topete extraordinário depois do que o PSD fez em 2013, à bica de eleições contra a Câmara, contra a Junta, contra a população a inventar um numero em cima das eleições, é olharem-se ao espelho, é preciso um topete extraordinário e este topete não tem este executivo, porque deve-se fazer



Assembleia Municipal de Caminha

percurso e tem-se trabalhado muito para fazer esse percurso, como a Câmara a Junta e muita gente que está a trabalhar para levantar o Festival de Vilar de Mouros, e quando se vai às reuniões, como por exemplo com a Música no Coração agora tão elogiada e anteriormente corrida pelo anterior executivo há uns anos atras, e aquilo que dizem nessas reuniões é que a marca está muito castigada e foram 8 anos onde se perderam oportunidades e outros festivais cresceram, portanto, agora temo-nos que focar no essencial e deixar de enxovalhar o festival, e se o PSD insistir em tentar acabar aquilo que não conseguiu acabar que foi o assassinato do Festival de Vilar de Mouros, proferindo sempre mal, então não se vai a lado nenhum, portanto, este executivo não poderá calar a opinião e expressão do PSD, e ao continuarem a enxovalhar o Festival de Vilar de Mouros, tanto aqui como nas redes sociais e comunicação social presta um mal serviço ao festival, a Vilar de Mouros à memória daqueles que levantaram o festival e ao Concelho de Caminha. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que hoje se está a fazer é um ajuste ao protocolo, e já o anterior protocolo mencionava a criação de uma empresa que teria sede no Concelho de Caminha, se não leram o protocolo é porque não lhes interessa porque já sabem que vão votar contra, já o dizia lá, e agora neste momento já existe essa empresa, a qual foi constituída de forma legal, e pergunta o Senhor Presidente que quem é o PSD para afirmar que uma empresa está constituída de forma legal ou ilegal, mas, e se forem à Conservatória está constituída legalmente e com morada, como por exemplo qualquer um de nós pode constituir a sua empresa em qualquer morada. Disse ainda o Senhor Presidente que não se tem um protocolo de cedência relativamente a um edifício municipal porque este não esta a ser ocupado, e antes de ser ocupado haverá um protocolo de cedência, portanto, não se percebe onde está o problema, logo, deve-se trabalhar para que paulatinamente o festival cresça e não gostava o Senhor Presidente que mais uma vez haja um grupo de pessoas no Concelho de Caminha que deite para baixo, enxovalhe aqueles que querem continuar trabalhar, e deixem-se de tentativas de assassinato politico porque isso já o fizeram durante anos ao Festival de Vilar de Mouros.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 26 votos a favor, 6 votos contra e 3 abstenções.

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, fez a seguinte declaração de voto:

“Votamos contra;

Porque desejamos que o Festival de Vilar de Mouros deve ser um êxito nacional;

Votamos contra;

Porque não pactuamos com ilegalidades, irregularidades e irresponsabilidade política;

Votamos contra;

porque não queremos o nosso nome associado àqueles que à custa de proveitos políticos estão a denegrir o nome do festival;

Votamos contra;

Pela memória de António Barge.”

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração, e declarou encerrada a Sessão, quando eram 02H00M, do dia 23 de abril de 2016, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Primeiro Secretário,



Assembleia Municipal de Caminha

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária,

(Sónia Lajoso)

O Presidente,

(Luís Augusto Pestana Mourão)